



O que a Psicologia
pode fazer diante do
sofrimento causado
pelo desemprego
ou pelas pressões
no trabalho em
tempos difíceis.

a crise

econômica e seus efeitos

EDITORIAL | AS RESPONSABILIDADES DA PSICOLOGIA

A Psicologia e os efeitos da crise econômica, o Ano Temático da Psicoterapia no Sistema Conselhos e o ensino da Psicologia fora da Psicologia são temas destacados no Editorial.

03

CAPA | CRISE ECONÔMICA: NÃO É SÓ NO BOLSO QUE DÓI

Não é apenas no aspecto econômico que a recente crise financeira mundial vem deixando sequelas. As pessoas atingidas por seus efeitos vivem situações de sofrimento que demandam respostas da Psicologia.

04

CIÊNCIA E PROFISSÃO | PSICOTERAPIA: EM BUSCA DE REFERÊNCIAS

A constituição das psicoterapias no campo interdisciplinar; parâmetros técnicos e éticos e relações com os demais grupos profissionais que exercem a Psicoterapia orientarão debates no Ano Temático da Psicoterapia.

08

INTERIOR | CRESCE A PARTICIPAÇÃO NO PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

Estimular os usuários dos serviços de saúde mental a se expressarem por meio da arte. Essa é a ideia do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, promovido pelo CRP-SP.

11

FORMAÇÃO | A PSICOLOGIA FORA DA PSICOLOGIA

Presente no currículo de cursos de graduação das mais diversas áreas do conhecimento, a Psicologia se vê desafiada a dar respostas às necessidades que elas demandam. "Que Psicologia ensinar?" é apenas uma entre as muitas perguntas a serem respondidas.

12

OPINIÃO | ADOÇÃO HOMOPARENTAL: CONTRA O PRECONCEITO E PELA TRANSPARÊNCIA

O psicólogo judiciário Maurício Ribeiro de Almeida, autor de um dos capítulos da cartilha "Adoção: um Direito de Todos e de Todas", aborda o tema da adoção homoparental.

14

ORIENTAÇÃO | A QUEM RECORRER

Ministério Público e Defensoria Pública são órgãos que podem ser acionados para o encaminhamento de denúncias sobre violação de direitos de populações vulneráveis.

16

QUESTÕES ÉTICAS | ÉTICA, COMPETÊNCIA E POLÍTICA

A psicóloga Patrícia M. G. Cintra Mortara, professora de Ética Profissional no curso de Psicologia da PUC-SP e integrante da Comissão de Ética do CRP SP, comenta a Ética ligada à prática profissional.

18

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | UM DIÁLOGO COM O TEATRO

Psicólogos que integram projetos do Teatro do Oprimido falam da experiência de levar cidadania a usuários da Saúde.

20

POLÍTICAS PÚBLICAS | 20 ANOS DE CONFERÊNCIAS

Criadas a partir da Constituição de 1988, as Conferências sobre Políticas Públicas buscam dotar o País de mecanismos de democracia participativa. O desafio é encontrar formas de garantir a concretização das propostas firmadas nesses encontros.

22

NUESTRA AMERICA LATINA | MARTÍN-BARÓ POR UMA PSICOLOGIA LATINO-AMERICANA

Vinte anos após a morte de Martín-Baró, o legado desse intelectual e ativista parece germinar e alimentar a discussão sobre o papel dos psicólogos e sua relação com a sociedade.

25

MUNDO MELHOR | FÓRUM SOCIAL MUNDIAL: A CONFLUÊNCIA DA DIVERSIDADE

Evento realizado em Belém, no Pará, foi acompanhado de perto por representantes do CRP SP e abordou temas com forte conexão com o trabalho dos psicólogos.

26

ESTANTE | "O Tempo e o Cão", de Maria Rita Khel, e "A Beleza Impossível – Mídia, Mulher e Consumo", de Rachel Moreno, são dois dos lançamentos editoriais que integram a seção.

27

MURAL | A participação do CRP SP no COSEMS e as mudanças na Lei 5.766/71, que visam a democratização no Sistema Conselhos, são assuntos do Mural desta edição.

28



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Andréia De Conto Garbin
Tesoureira | Carla Biancha Angelucci

Conselheiros efetivos

Andréia De Corto Garbin, Adriana Eiko Matsumoto, Carla Biancha Angelucci, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria de Fátima Nassif, Maria Ermínia Ciliberti, Maria Izabel do Nascimento Marques, Mariângela Aoki, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza, Sandra Elena Sposito, Vera Lúcia Fasanella Pompílio

Conselheiros suplentes

Beatriz Belluzzo Brando Cunha, Carmem Sílvia Retondando Taverna, Fábio Silvestre da Silva, Fernanda Bastos Lavarello, Leandro Gabarra, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luciana Mattos, Luiz Tadeu Pessutto, Lumena Celi Teixeira, Maria de Lima Salum e Moraes, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Gerente-geral Diógenes Pepe

Coordenador de Comunicação Waltair Martão

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Maria de Fátima Nassif
Membros | José Roberto Heloani, Lumena Teixeira, Oliver Zancul Prado, Sílvia Maria do Nascimento, Sueli Ferreira Schiavo

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTb 13.559)

Reportagem Carlos Martins, Evanildo da Silveira

Arte Ligia Minami

Impressão Gráfica Esdeva

Tiragem 66.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631-1315

as responsabilidades da psicologia

Este número do Jornal PSI se apresenta em um momento em que vivemos uma grande instabilidade internacional, fruto das crises provocadas pelo acúmulo de capital e das novas pressões dos mercados, vigentes em um modelo capitalista de sociedade. Por mais diversas que possam ser as avaliações sobre a crise econômica mundial, não há como negar que ela provocou – e continua provocando – impactos sobre a vida de muitas pessoas.

Garantir as condições materiais de sobrevivência, seja pelo desemprego, seja pelo desaquecimento da atividade econômica é, por si só, fonte de grande preocupação. Contudo, os efeitos dessa condição vão além dos aspectos econômicos mais imediatos. A crise invade o cotidiano, afetando relações familiares, desempenho escolar ou mesmo a própria saúde das pessoas. A Psicologia tem contribuições importantes a dar nesse sentido – como nos mostra a obra do padre espanhol e psicólogo social Martín-Baró – começando por evidenciar a natureza desses efeitos e ajudando as pessoas a encontrarem melhores estratégias frente às suas dificuldades. Esse e outros aspectos são debatidos na reportagem de capa desta edição.

Outro tema de destaque neste número do Jornal PSI é a realização do Ano Temático da Psicoterapia no Sistema Conselhos de Psicologia. Trata-se de uma área que demanda, já há algum tempo, um debate mais aprofundado. A Psicoterapia não é, no Brasil ou fora dele, atividade privativa do psicólogo – e, convém deixar claro, os Conselhos não advogam que deva ser assim. Esse fato, contudo, não retira de nós a responsabilidade de criar parâmetros para a atuação do psicólogo nessa área, até para fortalecer junto à sociedade a prática psicoterápica conduzida pelos psicólogos.

No campo da Psicoterapia, as reflexões se darão em torno de três grandes eixos. Queremos definir de forma mais precisa o campo do psicólogo na Psicoterapia; abordar a questão da formação dos psicólogos na área e avançar na criação de referências para sua atuação, particularmente quando da atuação em equipes multiprofissionais. Em São Paulo já temos todo um calendário definido para tratar do tema e estamos confiantes de que haverá uma grande mobilização dos psicólogos.

O ensino da Psicologia fora dos cursos de Psicologia é outro assunto de grande importância para um crescente número de profissionais. Que conteúdos oferecer, por exemplo, em um curso de Administração ou em um curso de formação de professores? Como dialogar com a área específica preservando a identidade da Psicologia e do psicólogo? O que, em termos de formação do psicólogo, é necessário para que este possa contribuir de maneira relevante e apropriada quando ensinando em outros territórios? O fato é que tanto em cursos tradicionais, como em novos cursos – como Hotelaria e Turismo, por exemplo – a Psicologia é vista como importante para a formação dos profissionais dessas áreas.

Por fim, gostaria de destacar os 20 anos de Conferências sobre Políticas Públicas. Um número muito significativo de psicólogos atua, hoje, dentro de organizações estatais. Isso faz com que as questões envolvendo políticas públicas ganhem especial relevância, seja do ponto de vista do exercício da profissão, seja pelo aspecto de comprometimento com uma sociedade justa e democrática. Acompanhar essas iniciativas e participar delas, como tem feito o Sistema Conselhos, é um indicador do nosso compromisso com a profissão e com a sociedade.



Ao alto, Francisco Vicente de Paula, que ameaçou se jogar do Portão da GM, no ABC; abaixo, apresentação do Ano Temático da Psicoterapia no Sistema Conselhos.

não é só no bo



Iso que dói

Pressão no trabalho: o operário Francisco Vicente de Paula, que subiu ao portão da GM, de onde ameaçava se jogar.

EDMILSON MAGALHÃES / DIÁRIO DO GRANDE ABC

Não é apenas no aspecto econômico que a recente crise financeira mundial vem deixando sequelas. As pessoas atingidas por seus efeitos – entre eles o da perda do emprego ou sua mera possibilidade – se vêem diante de situações de sofrimento que precisam ser reconhecidas pelos psicólogos para que possam oferecer um apoio efetivo. A Psicologia tem uma contribuição importante a dar nesse campo, mas, para isso, é também fundamental a implantação de políticas públicas que suportem ações sistemáticas de apoio à população.

À

s 7 horas da manhã do último dia 13 de abril, Francisco Vicente de Paula subiu ao topo do portão principal da fábrica da General Motors em São Caetano do Sul, SP. Nas quase duas horas em que lá permaneceu, ele denunciou as pressões sofridas dentro da empresa e ameaçou se atirar. Há cerca de sete anos, o operário perdeu um dedo da mão direita enquanto operava uma máquina. Retornou ao emprego depois de um período afastado, mas, desde então, estaria sofrendo perseguições. Francisco acabou sendo demovido da ideia e deixou o local pulando sobre um aparo de proteção montado pelos bombeiros.

O que poderia ser visto como um acontecimento isolado ganha uma dimensão mais ampla quando se consideram alguns aspectos ao seu redor. O fato se deu na GM, uma das montadoras mais afetadas na recente crise financeira que abalou mercados em

todo mundo. Devido à sua forte ligação com a cadeia automotiva, os reflexos da crise foram especialmente acentuados na região do ABC. No caso da GM em São Caetano, foi decretado o fim do terceiro turno de trabalho, com a dispensa de 1.633 funcionários.

O que a atual crise faz, no entanto, é apenas tornar mais agudo um problema estrutural e que vem se avolumando nas últimas décadas: a reestruturação produtiva, ocorrida com a introdução de novas tecnologias, resultou em novas condições e formas de organização do trabalho que, ao final, se traduziram no enxugamento de postos de trabalho. Nas palavras de um especialista na área, o professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, Ricardo Antunes, “as pessoas afetadas hoje estão no desemprego, na informalidade, na precarização, no narcotráfico, na economia do crime”.



À MARGEM – “O debate contemporâneo envolvendo a categoria trabalho e sua centralidade se desenvolve a partir do estudo dos processos de trabalho, da natureza das exigências de qualificação e das estratégias gerenciais de controle dos trabalhadores”, observa a psicóloga Andréia de Conto Garbin, especialista em Saúde do Trabalhador e mestranda na Faculdade de Saúde Pública da USP. “As organizações se caracterizam como espaços de interação na sociedade competitiva e atuam sobre os aspectos psicológicos do indivíduo: emoções, sentimentos, autoimagem.”

Aquele que não trabalha, observa Andréia, se vê exposto a todos os estigmas e preconceitos em relação ao não ser útil, ao não ser produtivo. “É isso o que, muitas vezes, leva a pessoa a manter os mesmos hábitos e comportamentos como se estivesse trabalhando, como sair de casa no horário de trabalho; pegar ônibus e não ir para lugar nenhum ou dizer que está fazendo algo que não está. Não trabalhar significa estar à margem.”

Andréia nota que, mesmo quando a perda do emprego não se concretiza, sua simples possibilidade basta para gerar uma série de reflexos importantes. “Na sociedade atual a descartabilidade atingiu não apenas coisas, mas também pessoas”, afirma. “Exige-se mais dos trabalhadores; demanda-se que ele se mostre crescentemente competitivo para manter a empregabilidade. Ao mesmo tempo, assiste-se à precarização das relações de trabalho, das condições de segurança e à fragilização das ações coletivas. Tudo isso resulta em condições que afetam a subjetividade dos trabalhadores.” Um dos efeitos resultantes desse cenário são formas diversas de sofrimento, capazes, no

limite, de levar a atos de desespero, como o de Francisco Vicente de Paula.

Conceber o desemprego em um contexto sócio-histórico e discuti-lo na perspectiva crítica da naturalização do fenômeno e seus impactos na subjetividade são possíveis contribuições dos psicólogos, sustenta Andréia. “A exclusão do emprego implica em isolamento, angústia e insegurança, além da instabilidade econômica, familiar, emocional e profissional. Este não-lugar na sociedade é produtor de sofrimento psíquico.” A Psicologia, diz, contribui ao olhar o fenômeno além do caráter individual – o que reforçaria os aspectos culpabilizantes suscitados nesse processo.

ARTICULAÇÃO – Mesmo que se vejam o trabalho e o desemprego como questões de natureza fundamentalmente econômica e política, a Psicologia tem uma contribuição importante a dar. Articulada com outros esforços e saberes, ela pode desde minimizar os impactos do desemprego até ajudar na criação de perspectivas para as pessoas colocadas nessa situação, atuando diretamente com essas pessoas ou auxiliando na elaboração de políticas públicas.

Um exemplo de iniciativa de atendimento a desempregados sob o foco da Psicologia foi o projeto-piloto desenvolvido no Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). O objetivo: permitir a troca de experiências em relação ao desemprego entre os participantes, refletir sobre suas trajetórias de vida e trabalho e avaliar táticas e estratégias pessoais e coletivas para a geração de renda e trabalho.

Para Marcelo Afonso Ribeiro, docente do Departamento de Psicologia Social do Trabalho da USP, iniciativas desse tipo mostram que há uma preocupação no interior da universidade em desenvolver teoria e “tecnologia” para lidar com questões como o desemprego. Ainda que haja muito o que avançar nesse sentido, ele entende que um dos maiores desafios é levar esse tipo de apoio, de forma sistemática, à população.

“Se nós formos olhar do ponto de vista do Sistema Nacional de Emprego (SINE), existem quatro ações projetadas para atender o desempregado: a Intermediação, a Qualificação, a Certificação e a Orientação”, diz Marcelo. Segundo ele, bem ou mal, a Intermediação tem sido oferecida, seja por meio de programas como Primeiro Emprego ou através dos Centros de Apoio ao Trabalho (CAT). O mesmo poderia ser dito da Qualificação, que acontece, por exemplo, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). “Quanto à Certificação e a Orientação, nas quais o psicólogo pode ter um papel mais expressivo, elas ainda precisam avançar.”

Marcelo diz que estão sendo feitos contatos junto ao Governo Federal para que sejam enviados representantes ao México, onde haverá um evento em 2010 para discutir políticas públicas de orientação profissional organizado pela Red Latinoamericana de Profesionales de La Orientación. “O evento quer reunir especialistas e representantes dos ministérios do Trabalho e da Educação de toda a América Latina. A presença de representantes de governo é importante para que se tenha uma perspectiva de implantação das propostas ali debatidas”, afirma.

A importância de estar articulada a outras ações é essencial para que a contribuição da Psicologia se mostre realmente efetiva. Como observa Andréia Garbin, não basta dar suporte psicológico a quem está sofrendo com o desemprego ou mostrar que estar desempregado é consequência de uma série de implicações de caráter econômico e político. É preciso, também, contribuir para que essa pessoa busque saídas, seja em processos de reinserção no universo de trabalho, seja em ações na linha da Economia Solidária, seja na busca de novos conhecimentos ou, ainda, em iniciativas de trabalhos autônomos. ●



desemprego requer políticas públicas

Professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Odair Furtado, fala sobre o cenário econômico, a questão do desemprego e aponta a necessidade de políticas públicas para responder às dificuldades na área do trabalho.

PSI – Como você vê a questão do desemprego hoje?

Odair Furtado – Vejo dois cenários distintos: o brasileiro e o mundial. No cenário mundial existe uma redução no número de empregos devida a dois fatores. De um lado, à globalização, que levou à transferência da produção para fora da Europa e Estados Unidos, tal como aconteceu, por exemplo, com a General Motors. De outro lado, ao avanço tecnológico, que substituiu cada vez mais a mão-de-obra por máquinas automatizadas. A esses fatores se somou a crise mundial, que nesse momento afeta duramente os países desenvolvidos. Diante de dificuldades financeiras e frente à redução de demanda, grandes empresas têm efetuado cortes de pessoal.

PSI – E o Brasil?

Odair Furtado – O Brasil dos últimos quatro anos viveu um fenômeno invertido, com um aumento do emprego formal. Mesmo com a crise, o índice de desemprego no país, hoje, está muito longe daquele verificado no período de 1995 a 2005. Não sabemos como esse quadro vai evoluir, mas o fato é que essa crise não afeta o Brasil da mesma forma que os países desenvolvidos. Os bancos brasileiros, por exemplo, não sofreram da mesma maneira que os bancos americanos e europeus. E com a exceção de alguns casos bem conhecidos, como o da

Sadia, as grandes empresas no Brasil não ficaram diretamente expostas aos efeitos da crise financeira mundial. Em resumo: o Brasil está sofrendo muito menos do que outros países, mas o desemprego é motivo de preocupação.

PSI – A crise também não tem efeitos diferentes dentro do Brasil?

Odair Furtado – Sim. A região do Grande ABC, onde a cadeia automotiva tem um papel muito importante, por exemplo, foi bastante atingida. E é preciso considerar também que, tal como nos Estados Unidos e Europa, a automação reduziu em muito a demanda por mão-de-obra nesse segmento. No início da década de 90, a Volkswagen do Brasil tinha 40 mil operários; hoje tem 20 mil. Ou seja, em pouco mais de uma década, ela diminuiu pela metade o seu contingente de trabalhadores. Há também o caso das demissões na Embraer, que geram um grande impacto na região do Vale do Paraíba. O desemprego, portanto, preocupa, ainda que a situação, em âmbito nacional, esteja longe de ser tão grave quanto quer a mídia conservadora.

PSI – Como o desemprego afeta a vida das pessoas?

Odair Furtado – O desemprego gera efeitos psicológicos, além dos de ordem econômica e social. Quando alguém sai para procurar emprego um dia depois do outro, semana após semana, e não encontra, chega um ponto no qual tende a desistir. Esse desalento pode levar à depressão, ao alcoolismo ou até mesmo ao suicídio.

PSI – O que um psicólogo pode fazer nesse cenário?

Odair Furtado – Sozinho, dando um atendimento individual no seu consultório, o psicólogo tem um campo de ação muito limitado. Não significa que ele não tenha um papel importante. Um psicólogo pode, por exemplo, evitar que uma pessoa desempregada tente suicídio e dar a ela suporte para enfrentar essa situação. Mas esse tipo de atuação é restrito.

PSI – Como a intervenção do psicólogo poderia ser mais efetiva nessas situações?

Odair Furtado – O desemprego envolve aspectos sociais e econômicos, além dos psicológicos. É preciso levar em conta essas diferentes dimensões quando se trata de pensar que tipo de apoio oferecer às pessoas nessa situação. Um segundo aspecto é que, quando se manifesta como um problema coletivo, o desemprego requer uma resposta dentro de uma visão de política pública. Na prática isso significa que um psicólogo, trabalhando coletivamente e a partir de uma política pública, pode contribuir para uma solução de caráter mais amplo, tal como estimular ações de Economia Solidária. Convém não esquecer que, no limite, o que vai resolver a situação do desempregado é conseguir um emprego ou encontrar outra alternativa para se manter.

PSI – Como pode ocorrer o atendimento pelos psicólogos aos trabalhadores no âmbito de uma política pública?

Odair Furtado – Um trabalho numa política pública nunca é feito exclusivamente por um profissional. Num Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por exemplo, você pode ter psicólogos e assistentes sociais trabalhando juntos. O desempregado pode ir a um CRAS e ali, se um psicólogo fosse atender pessoalmente os trabalhadores em uma Psicoterapia, estaria cometendo um engano. Ele tem que trabalhar junto com a assistente social e/ou outros profissionais, as alternativas para aquele grupo de trabalhadores.



ano da psicoterapia: em refe



E

m 2009 acontece o Ano Temático da Psicoterapia no Sistema Conselhos de Psicologia. O objetivo inicial é construir referências sobre

o campo das psicoterapias para os profissionais psicólogos que atuam nesta área, passando, em seguida, a um diálogo com os psicoterapeutas de outras formações.

Vale lembrar que, em 2000, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) instituiu a Resolução 10/2000, especificando e qualificando a Psicoterapia como prática do psicólogo. Posteriormente, modificações foram introduzidas visando o seu aperfeiçoamento. O artigo 10 da Resolução define:

“A Psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhe-

busca de rências

As psicoterapias no campo interdisciplinar; os parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação e as relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicação do exercício da Psicoterapia são os três eixos que orientarão os debates do Ano Temático da Psicoterapia.

cidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos.”

“Ao buscar referências em Psicoterapia, nosso objetivo é avançar na direção de uma responsabilização social”, diz Humberto Verona, presidente do CFP. Segundo ele, não se trata de impor regras, mas debater as diversas práticas de forma ampla e considerando as diferentes linhas adotadas. Também não é uma postura distanciada das demais áreas profissionais que atuam no campo da Psicoterapia. “O Sistema Conselhos espera que as referências que venham a ser criadas, a partir dos diversos eventos realizados em todo o País, sejam debatidas com o conjunto dos psicoterapeutas. A nossa preocupação é criar padrões mínimos que permitam validar as práticas psicoterápicas frente à sociedade”, acrescenta Verona.

Um cuidado do Sistema Conselhos é deixar claro que a construção de referências não visa qualquer forma de policiamento. “Essas referências trarão benefícios tanto para o psicólogo quanto para a população”, diz a conselheira do CRP SP Carla Biancha Angelucci. No caso dos psicólogos, ela dá como exemplo a situação dos profissionais que, sob a pressão de empregadores, são constrangidos a adotar referenciais não reconhecidos e a empobrecer seu atendimento a fim de “otimizar” o tempo de trabalho. “Tendo uma legislação estabelecida, o psicólogo disporá de um amparo legal para não se submeter a tais práticas”, diz Biancha. Outro aspecto positivo, segundo ela, é que o trabalho multiprofissional ou realizado entre profissionais de diferentes abordagens teóricas partirá de bases comuns. “Isso vai favorecer o diálogo, uma vez que, garantindo o respeito à diversidade, haverá um núcleo comum de entendimento sobre o que e como deve ser a prática da Psicoterapia.” →

O ANO DA EDUCAÇÃO: CONCLUSÕES E CARTA AO MINISTRO

O Ano temático da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia chegou ao seu final com a realização do Seminário Nacional, ocorrido em Brasília nos dias 24, 25 e 26 de abril. O encontro teve como um de seus objetivos a produção de um documento de referência para os psicólogos que atuam no campo da Educação e contou com as parcerias das entidades do FENPB que atuam no campo da educação: ABEP, ABRAPEE e ANPEPP. Em sua fala de abertura, o presidente do CFP, Humberto Verona, noticiou o convite recebido pelo CFP para participar, como observador, da Conferência Nacional de Educação. E destacou a mais recente conquista da Psicologia: a aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, do Projeto de Lei que inclui psicólogos e assistentes sociais como integrantes obrigatórios das equipes das escolas de educação básica do país. No evento foi também formulada carta a ser encaminhada ao Ministro da Educação, apresentando as contribuições da Psicologia para a área educacional formuladas ao longo do Seminário.

OS EIXOS DOS DEBATES

A Psicoterapia tem sido empregada de forma crescente em trabalhos envolvendo equipes multidisciplinares. A proposta é debater questões tais como o papel do psicólogo nesses contextos, como deve ocorrer o compartilhamento de informações e o que precisa ser mantido sob reserva. Ou seja, de que maneira o psicólogo deve atuar para preservar a sua identidade profissional; de que forma deve compartilhar com os demais profissionais seus objetivos e o direcionamento do seu trabalho e, nessa circunstância, como agir sem ferir os princípios do sigilo e da ética.

A participação da ABEP será fundamental no segundo eixo, que se dedica à questão da formação dos psicólogos com respeito à Psicoterapia. Um dos objetivos é debater formas que contemplem, na graduação, as diversas abordagens existentes no campo. Isso é de grande importância tendo em vista a perspectiva de atuação em equipes multiprofissionais. O terceiro eixo remete à necessidade de definir melhor o campo de atuação dos psicólogos na Psicoterapia. Uma Psicoterapia praticada por psicólogos, com balizamentos e objetivos devidamente definidos, contribui para diferenciar e fortalecer sua prática.

Confira a seguir os eixos e tópicos básicos que estarão em debate no Ano da Psicoterapia.

I - A Constituição das psicoterapias no campo interdisciplinar.

- A Psicoterapia como disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática.
- Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo nesse contexto.
- Limitação das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos.
- Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada).

II - Os parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da Psicoterapia pelos psicólogos.

- Parâmetros: Referências e/ou regulação.

III - Relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicação do exercício da Psicoterapia.

- Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento de conflitos.
- Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades.

No caso dos pacientes, a criação de referências estará garantindo à população parâmetros a respeito do serviço que deve ser prestado. Ou seja, haverá critérios para que o trabalho seja avaliado como adequado do ponto de vista ético e técnico. “Isso dará condições para que uma pessoa consiga discernir entre as práticas adequadas e as inadequadas, podendo, então, reivindicar seus direitos”, afirma Biancha.

O desafio é grande, especialmente quando se tem em vista o amplo leque de questões que orbitam em torno da Psicoterapia. A partir dessa multiplicidade, o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu três eixos, em torno dos quais deverão se concentrar os debates:

1. A Constituição das psicoterapias no campo interdisciplinar;
2. Os parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da Psicoterapia pelos psicólogos;
3. Relações com os demais grupos profissionais que têm reivindicação do exercício da Psicoterapia.

Em São Paulo, o Ano da Psicoterapia já vem sendo preparado desde 2008, com a realização de três eventos prévios nas subdesdes de São José do Rio Preto, Baixada Santista e Grande ABC. De acordo com Luiz Tadeu Pessutto, coordenador do GT de Psicoterapia do CRP SP e integrante do GT de Psicoterapia do CFP, um grupo de trabalho foi montado para tratar das questões da Psicoterapia, contando com a participação de representantes do próprio CRP SP, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e da Associação Brasileira de Psicoterapia (ABRAP).

Os debates do Ano da Psicoterapia na sede e nas subdesdes do CRP SP deverão ocorrer até julho deste ano. A programação detalhada estará disponível no site do CRP SP (www.crp.org.br).



ESTUDOS PROCURAM AVALIAR NOVAS TÉCNICAS E RECURSOS

O campo da Psicoterapia é amplo e continuamente recebe inovações técnicas. Muitas delas surgem de forma alternativa e somente com o correr do tempo ganham a fundamentação teórica necessária. Por conta desse cenário, tanto o CRP SP como os demais Conselhos Regionais recebem um grande número de denúncias quanto a possíveis infrações de psicólogos ao Código de Ética Profissional relacionadas às práticas não reconhecidas pela ciência psicológica. O estabelecimento de um posicionamento comum frente a essas questões, dentro do Sistema Conselhos de Psicologia, é, portanto, uma necessidade.

O assunto mobiliza os psicólogos há algum tempo. Em 2003, a Comissão de Orientação e Fiscalização e a Comissão de Ética do CRP SP fizeram um convite ao psicólogo Luiz Alberto Hanns, no sentido de qualificar as discussões para melhor responder a essas demandas. “Ele realizou um trabalho muito interessante conversando com representantes de diversas abordagens, com o objetivo de apontar caminhos para verificar se um novo recurso ou técnica questionados eram ou não de natureza psicológica”, diz Luiz Tadeu Pessutto.

Inicialmente foram estabelecidas três categorias: a das abordagens aceitas pela Psicologia; as não aceitas e aquelas que ainda dependem de estudos científicos. O passo seguinte foi elaborar um questionário para caracterizar essas abordagens. Por meio dele se buscava identificar aspectos como o contexto histórico, os pressupostos teóricos, o processo psicoterapêutico e os indicadores de eficácia. No ano de 2006 houve uma parceria entre o CRP SP e a ABRAP para dar continuidade ao trabalho iniciado pelo psicólogo Luiz Alberto Hanns.

Esses estudos poderão ser reiniciados após essa discussão sobre o campo das psicoterapias na busca de identificar a natureza, psicológica ou não, destas demandas recebidas pela Comissão de Orientação e Fiscalização. “Para isso será preciso levar em consideração, por exemplo, a legislação que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde; a Lei 13.717, que dispõe sobre a implantação de Terapias Naturais no Município de São Paulo, e também os questionamentos que chegam ao CRP SP”, diz Pessutto. “Seja como for, o objetivo será sempre o de contribuir com as decisões nacionais”, diz. ●

CRESCER A PARTICIPAÇÃO NO PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

Estimular os usuários dos serviços de saúde mental a se expressarem através da arte. Essa é a ideia do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, promovido pelo CRP-SP. A proposta vem recebendo participação crescente, como mostram as duas últimas edições. Em 2006 foram inscritas 890 obras, frente às 190 apresentadas em 2004. Para 2009, quando acontece pela quinta vez, os organizadores esperam um número ainda maior. Desta vez, explica a responsável pela coordenação, Lumena Teixeira, o evento vai incluir duas novas categorias – livros e vídeos. Elas vêm se somar às quatro já existentes, nas quais concorrem esculturas e instalações; fotografia; pintura e artes plásticas; poesia e textos.

A premiação também significa para os artistas a possibilidade de divulgação de seus trabalhos. Quarenta obras selecionadas, da mostra de 2006, fizeram parte da exposição realizada na Estação República do Metrô, por onde circularam 113 mil pessoas, durante o mês de janeiro seguinte.

O prêmio ganhou forma a partir de 2000, após a direção do CRP SP organizar uma apresentação para escolher imagens que ilustrariam o calendário da entidade. A iniciativa se adequava perfeitamente aos objetivos de inclusão que o Conselho sustenta e, então, tornou-se uma ação institucional. De lá para cá, foram realizados quatro eventos com base em um regulamento que amplia o conceito de “usuário.” Familiares ou aqueles diretamente relacionados com pessoas que utilizam os serviços de saúde mental também podem se inscrever. Os três primeiros lugares de cada categoria são contemplados com prêmios em dinheiro, e os que se destacam, a partir do terceiro lugar, recebem menção honrosa.

SUBSEDES - Até agora, a grande maioria dos participantes tem sido da cidade de São Paulo, mas o número de interessados do interior do Estado vem se ampliando, nota a coordenadora. O prêmio Arthur Bispo do Rosário é divulgado em todas as subdes e entrou para o calendário das oficinas realizadas pelos CAPS e demais entidades de atendimento. Cada subsele dá uma abordagem local para o trabalho de apoio e divulgação. A do Grande ABC, por exemplo, criou um “kit básico”, composto por material de pintura e instrumentos para criação artística, informa a coordenadora Sueli Ferreira Schiavo. O kit é distribuído nas unidades frequentadas pelos usuários de serviços nos sete municípios da região.

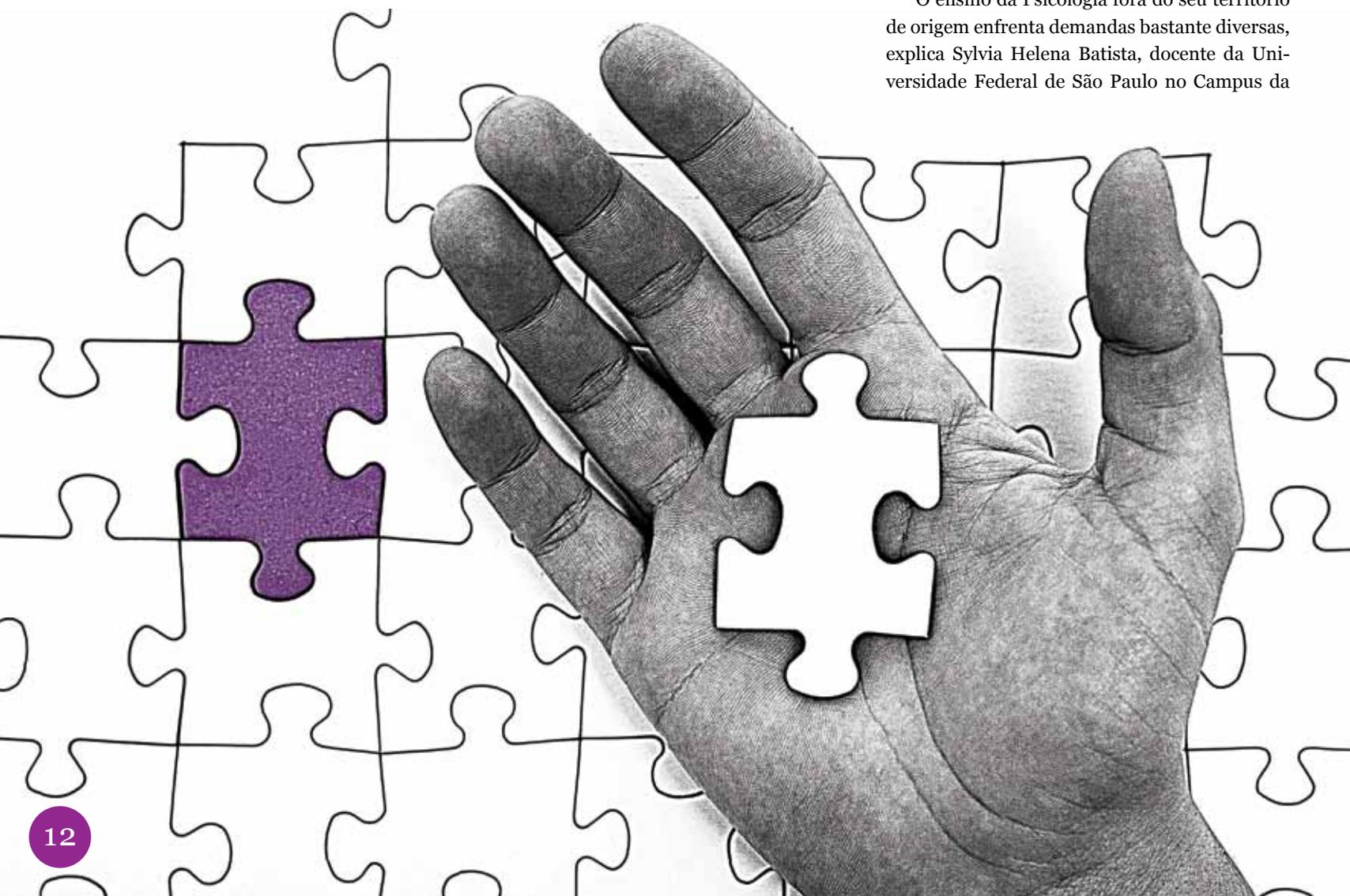
“Foi uma experiência muito boa para mim”, afirma Fernando Medeiros, usuário do CAPS “David Capistrano”, de Campinas, falando sobre o fato de seu poema ter recebido menção honrosa no concurso de 2006. Ele ganhou impulso para continuar se dedicando à escrita, e escolhe os poemas que inscreverá na próxima edição.

a psicologia fora

Presente no currículo de cursos de graduação das mais diversas áreas do conhecimento, a Psicologia se vê desafiada a dar respostas às necessidades que elas demandam. “Que Psicologia ensinar?” é apenas uma entre as muitas perguntas a serem respondidas.

A partir de 2000, com o fim do currículo mínimo e a adoção das diretrizes curriculares, as instituições de ensino superior ganharam liberdade para pensar seus currículos, definindo conteúdos, carga horária e o perfil do professor. A Psicologia integra o currículo de cursos de naturezas as mais diversas. Mas que Psicologia ensinar? Como atender às diferentes necessidades de formação de um aluno da área de Administração, da Saúde ou da formação de professores? Até que ponto a formação dos docentes de Psicologia é suficiente para satisfazer as demandas dessas diferentes áreas? E em que medida a produção de conhecimento pela Psicologia pode ser orientada por essas necessidades específicas? Essas são algumas das questões que têm desafiado a Psicologia e os psicólogos brasileiros.

O ensino da Psicologia fora do seu território de origem enfrenta demandas bastante diversas, explica Sylvia Helena Batista, docente da Universidade Federal de São Paulo no Campus da



da psicologia

Baixada Santista e diretora da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP). “A Saúde hoje se mostra interessada nos aspectos de subjetividade e desenvolvimento humano; a Educação, em aprendizagem e representações sociais; a Administração, em motivação do trabalhador”, exemplifica. Além disso, diz, é comum haver diferença de objetivos conforme se trate de instituições de ensino públicas ou privadas. “Acompanhar um processo dinâmico como esse e fornecer respostas com a necessária agilidade é um trabalho que requer tempo e esforço”, afirma.

SAÚDE E EDUCAÇÃO – A área da Saúde é, possivelmente, aquela na qual a questão do ensino da Psicologia “fora da Psicologia” mais avançou. “Em 2004 foi estruturado o Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (FNE-PAS), na qual a ABEP tem assento, que assumiu as discussões envolvendo conteúdos”, diz Sylvia. Além disso, há clareza da área a respeito das suas necessidades. “A ênfase que se passou a dar à atenção básica na área da Saúde criou necessidades diferentes das que existiam no passado”, afirma. “Uma coisa é tentar entender o desenvolvimento humano no âmbito hospitalar; outra é se eu estou trabalhando em uma Unidade Básica de Saúde, atendendo grupo de pessoas, em equipe.”

Na área da Educação, a questão da aprendizagem é um tópico que tem sido fortemente demandado, em particular devido aos indicadores que apontam para resultados insatisfatórios. A necessidade de um diálogo com a área específica para a definição de conteúdos e estratégias se mostra bem clara aqui. “Não basta ter uma disciplina chamada Psicologia da Educação e ensinar, digamos, que uma criança entre os 7 e os 12 anos está no operacional concreto”, diz Sylvia. “Isso não é suficiente para responder a questões de como o aluno aprende, ou melhor, como é que ele não consegue aprender.” Nesse sentido, a abordagem das representações sociais (o que

eu, professor, penso do aluno e da escola ou como esse aluno se vê dentro e fora da sala de aula) é um caminho que tem ganhado força nos últimos anos.

“Se a Psicologia quer estar presente na formação de profissionais de outras áreas, porque se reconhece compromissada com a formação de um profissional cidadão, crítico e reflexivo, ela também precisa estar aberta para avaliar suas produções”, diz Sylvia. “Precisamos focar não apenas nas nossas demandas próprias de desenvolvimento científico como, também, nas demandas originárias dessas outras áreas.”

CURSOS DE GESTÃO – Na área da gestão, em Administração, a Psicologia vem conquistando cada vez mais reconhecimento. É vista como fundamental tanto para a formação geral ética e humanista, como para o desenvolvimento de competências essenciais para o exercício profissional do gestor. “Costumo ouvir que, quanto mais o gestor sobe na hierarquia de uma organização, maior é o tempo que ele dedica a lidar com pessoas”, conta Eric Calderoni, docente da Graduação Executiva da Universidade Anhembi-Morumbi, em São Paulo, e coordenador da Comissão de Ciências Sociais Aplicadas da Câmara de Ensino de Psicologia em Outros Cursos da ABEP.

O conteúdo das disciplinas ou módulos de Psicologia em cursos de gestão é bastante diversificado. Eric resume que “temas como liderança e motivação são os mais requisitados, ao lado da demanda para que a Psicologia ajude os alunos a desenvolverem seu autoconhecimento, seu equilíbrio emocional, sua qualidade de vida e sua proatividade (empreendedorismo). Outras disciplinas ou módulos são compostos por conteúdos gerais sobre o psiquismo e relacionamento humanos. Alguns docentes utilizam parte da carga horária para analisar como andam juntas as tendências do enriquecimento cognitivo do trabalho e da degradação do ser humano devido à intensificação da exploração e da responsabilização individualizada.”

Para Eric, a integração entre teoria e prática é essencial em um curso de qualidade. “É importante que professores de Psicologia em cursos de gestão não deixem de transmitir conteúdos teóricos sólidos, mas que o façam de forma que os alunos consigam utilizá-los para a compreensão e eventual intervenção sobre aspectos de seu cotidiano. Por isso, a participação ativa dos alunos é parte essencial do processo pedagógico”.

TROCA DE EXPERIÊNCIAS – As dificuldades no caminho não são poucas. A começar pela dispersão dos profissionais pelas diversas instituições de ensino – o que tende a limitar a troca de experiências e a consolidação de propostas de ensino mais uniformes e consistentes – até chegar a questões que surgem no interior das instituições em decorrência de não ser um nativo da área em que atua.

Várias iniciativas têm sido tomadas no sentido de enfrentar esses problemas. No que diz respeito à troca de informações entre os profissionais, a ABEP tem mantido listas de discussões à disposição dos interessados. Um avanço nesse sentido está sendo a implantação de um novo ambiente virtual – o ambiente *Moodle* – que promete tornar essa comunicação mais aberta e eficaz.

“Essa ferramenta, aliada aos eventos nos quais há a oportunidade de abordar a questão do ensino da Psicologia fora da Psicologia, nos ajudará a avançar”, acredita Sylvia. Ela lembra ainda que cursos de outras áreas, como Hotelaria e Turismo, começam a demandar de maneira significativa conteúdos específicos à Psicologia. ●

Eric Calderoni, docente da Graduação Executiva da Universidade Anhembi-Morumbi: participação dos alunos é essencial no processo pedagógico.



adoção homoparental contra o preconceito

Em junho de 2008, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a cartilha “Adoção: um Direito de Todos e de Todas”, na qual psicólogos de diversas linhas teóricas se manifestam sobre a adoção por pessoas homossexuais e/ou casais homoafetivos. O psicólogo judiciário Maurício Ribeiro de Almeida, autor de um dos capítulos da cartilha, tem acompanhado o tema de perto. Na entrevista a seguir, ele fala sobre o tema e destaca a importância da transparência na adoção homoparental para que os pais possam ser adequadamente avaliados e orientados num processo de adoção.



PSI – De um ponto de vista jurídico, como se justifica a adoção homoparental?

Maurício de Almeida – As mudanças geradas na estrutura e no funcionamento da família nos últimos anos foram incorporadas também no campo jurídico. A família nuclear, de matriz burguesa, já não exerce tanta influência na vida e realidade social vigentes. A legislação, portanto, não pode ignorar esses fatos. Casamento, sexualidade e reprodução não são mais atributos exclusivos da constituição familiar. As uniões estáveis são cada vez mais frequentes, a sexualidade não encontra apenas no casamento seu território exclusivo, e as técnicas de reprodução assistida desvinculam o ato sexual da reprodução e, conseqüentemente, das funções básicas que tradicionalmente foram associadas à família. Temos, portanto, que ressignificar o conceito da instituição familiar.

PSI – Como a Justiça se posiciona em relação à adoção homoparental?

Maurício de Almeida – A matéria é nova no contexto jurídico, até porque, historicamente, a filiação biológica ou adotiva sempre esteve atrelada à imagem da família nuclear, na qual os atores dos processos judiciais deviam apresentar união legalmente constituída e padrão heterossexual. A questão do direito à adoção por parte de homossexuais sequer era cogitada. Essa realidade mudou bastante nos últimos anos. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a legislação passou a permitir a adoção por solteiros e ou casais de união estável. A legitimidade da adoção por homossexuais solteiros ou em união estável, portanto, tornou-se possível, mas ainda não está consolidada.

PSI – Como esse tema tem sido tratado na prática?

Maurício de Almeida – Em determinados Estados das regiões Sul e Sudeste, há um melhor acolhimento dessa demanda; em outros, ainda se encontram resistências. O que ainda não temos são leis que regulamentem de forma precisa essa matéria. Isso é prejudicial porque coloca os candidatos que apresentam orientação homossexual, à mercê e dependentes do “bom senso” ou de uma concepção menos conservadora por parte dos operadores do Direito e demais profissionais envolvidos. É de conhecimento público o caso de uma transexual da Comarca de São José do Rio Preto que teve negado o pedido de guarda definitiva de uma criança, em razão do promotor do caso entender que ela não oferecia uma estrutura “familiar ajustada” para cuidar de uma criança.

PSI – Psicólogos e assistentes sociais têm participação importante nos processos de adoção. Há resoluções sobre o tema que sirvam de referência para esses profissionais?

Maurício de Almeida – Sim, psicólogos e assistentes sociais dispõem de resoluções específicas sobre a orientação sexual, que norteiam a construção de práticas profissionais mais articuladas com os princípios dos Direitos Humanos. O Conselho Federal de Psicologia comemora neste ano os dez anos da Resolução 01/99, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. O Serviço Social publicou resolução semelhante, a CFESS N° 489/2006 de 03 de junho de 2006. Nela estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por

ceito



orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do assistente social. Entendo que os profissionais de ambas as categorias não podem mais ignorar essas resoluções. Foram aprovadas, pois estão respaldadas em pressupostos teóricos e científicos inerentes a especificidade de cada área de atuação.

PSI – Conheça-se o número de casos de adoção homoparental no País?

Maurício de Almeida – Ainda não temos números precisos e oficiais a esse respeito. Pode-se afirmar que no Brasil já ocorreram adoções por casais de homossexuais e lésbicas, e esses casos podem ser citados, uma vez que foram fartamente divulgados pela imprensa. Temos, como exemplo, o casal de homossexuais da Comarca de Catanduva, interior do Estado de São Paulo, e dois casais de mulheres que adotaram conjuntamente no Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Bagé). Na Comarca em que trabalho observo uma procura maior desses potenciais candidatos(as) que se dirigem até um fórum para solicitar informações acerca do processo de adoção. No entanto, poucos(as) efetivamente entram com o pedido de cadastramento.

PSI – A fase do silêncio não foi superada?

Maurício de Almeida – Não. Creio que a hesitação dos candidatos em declarar sua orientação sexual deve-se ao medo de enfrentar eventuais preconceitos e rejeições durante a tramitação do processo. Esse fato nos coloca diante de um duplo enfrentamento: combater a homofobia e também propiciar o acesso e as orientações necessárias a todos e todas que se sentem motivados para a adoção.

PSI – Se a pessoa ou o casal não declara sua orientação sexual, ela não interfere de alguma forma sobre o processo de adoção?

Maurício de Almeida – Sim. A invisibilidade do preconceito é tão nefasta quanto a sua expressão concreta. Recentemente li uma reportagem em um jornal de grande circulação, no qual constava o depoimento de um pai adotivo, que disse apresentar orientação homossexual. Esse fato, contudo, não foi abordado em nenhum momento do processo judicial. Ora, seja homo ou hetero, a vida familiar, afetiva e os vínculos do sujeito com a rede social mais ampla invariavelmente são discutidos e problematizados pelos profissionais que se encarregam dessas avaliações. Essa mudança de posicionamento pode também contribuir para o exercício profissional dos operadores do Direito, psicólogos e assistentes sociais, que terão condições de rever os próprios valores, tratar os candidatos de forma mais transparente e respeitosa. Uma questão simples, mas não menos importante, é o que pensam as crianças e adolescentes acerca da possibilidade de terem, por via da adoção, pais e mães homossexuais? Ainda não sabemos.

PSI – Argumenta-se contra a adoção homoparental, alegando o interesse da criança. Como você vê essa questão?

Maurício de Almeida – O preconceito é uma construção social e a própria cultura pode combatê-lo. O que devemos efetivamente verificar é quem realmente estamos procurando preservar: se a nós mesmos ou a criança. É curioso notar que o mesmo argumento é utilizado em relação à adoção

interracial. Com a falsa ideia de que se quer proteger a criança de eventuais preconceitos raciais, muitos candidatos brancos afirmam que não escolheriam uma criança negra para não gerar a ela maiores sofrimentos.

PSI – Que perspectivas você vê com relação a adoção homoparental no Brasil no futuro próximo?

Maurício de Almeida – Mantenho uma visão otimista em relação à adoção por homossexuais. É claro que nesse momento há uma visibilidade mais central sobre a adoção por parte de lésbicas e homossexuais. Talvez no futuro, não muito distante, possamos prescindir da questão do gênero e da orientação sexual para contemplarmos diferentes estilos parentais. Espero que as nossas preocupações estejam concentradas nas condições de candidatos e candidatas para formarem laços afetivos e cuidar de uma criança ou de um adolescente. ●



a

quem

r



Saiba quais as entidades para as quais é possível encaminhar denúncias sobre violação de direitos de populações vulneráveis.

Não é raro que psicólogos, trabalhando com grupos de pessoas com maior vulnerabilidade, se vejam diante de situações de desrespeito ou violação de direitos. Exemplos disso podem ser encontrados em áreas como Saúde, Criança e Adolescente e Idosos. Uma alternativa nesses casos é recorrer à Justiça. Os dois órgãos para os quais esse tipo de denúncia costuma ser encaminhado são o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública de São Paulo. Existe também a possibilidade de acionar a Procuradoria da República, mas, nesse caso, é preciso que a questão esteja relacionada à União. Decidir qual a entidade mais adequada para o encaminhamento de uma queixa nem sempre é uma questão simples de responder. Dependendo das circunstâncias específicas de cada situação, qualquer delas pode ser igualmente acionada.

Tanto o Ministério Público como a Defensoria têm atribuições de velar pela garantia dos direitos das pessoas, privadas ou não de sua liberdade. A diferença fundamental é que a Promotoria pode requisitar a instauração de inquérito policial, obrigando a Polícia Civil a investigar o caso, sendo que a Defensoria Pública pode apenas solicitar a apuração, sem o caráter de obrigatoriedade. Na dúvida, nada impede que a

formalização de denúncia escrita possa ser dirigida aos dois órgãos a fim de otimizar a possibilidade de apuração.

MINISTÉRIO PÚBLICO – Vale a pena, contudo, conhecer um pouco da estrutura e da atuação das duas instituições. De acordo com o Promotor de Justiça e Coordenador da Área de Saúde Pública do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva, Reynaldo Mapelli, a Lei da Ação Civil Pública de 1985 e a Constituição Federal de 1988 deram ao Ministério Público um perfil mais moderno e voltado à defesa da cidadania. “Além de atuar na área criminal e de intervir em processos cíveis como fiscal da lei, o Ministério Público também obteve a legitimidade para propor ações em defesa da coletividade. Ou seja, cuidar de fatos relacionados a danos, concretos ou potenciais, e aos chamados direitos coletivos ou difusos, como meio ambiente, consumidor, patrimônio público, criança e adolescente e pessoas portadoras de deficiência.”

A necessidade de uma especialização em algumas dessas áreas levou, em 1999, à criação do Grupo de Ação Especial da Saúde Pública (Gaesp). O sucesso da iniciativa levou à proposta de transformar os grupos de ação especial – que são de existência

temporária, com promotores designados pelo chefe da instituição – em uma Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, com promotores dedicados a áreas como saúde pública, idoso e portadores de deficiência. Projeto de lei nesse sentido já foi aprovado e deve ser implementado esse ano. Segundo Mapelli, com a criação de uma Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, os cargos serão preenchidos por concurso e o promotor que tiver essa atribuição vai ter todas as garantias legais, inclusive a inamovibilidade do cargo, para atuar com plena independência (*veja mais sobre a atuação do MP na entrevista ao lado*).

DEFENSORIA – A Defensoria Pública, por sua vez, é o órgão responsável pela orientação jurídica e pela defesa dos necessitados em todos os graus de jurisdição. A Defensoria conta com núcleos especializados em diversas áreas, como Cível, Criminal, Execução Criminal e Infância e Juventude. Conta também com o núcleo de Tutela Coletiva, que possui a prerrogativa legal de oferecer ações civis públicas na defesa coletiva dos cidadãos carentes. Esse instrumento pode ser manejado em diversas áreas do Direito – tais como Habitação, Urbanismo, Saúde, Meio Ambiente e Defesa do Con-

ecorrer

sumidor. A lei prevê também que a Defensoria Pública promova termos de ajustamento de conduta (acordos extrajudiciais com força legal) para garantir que as demandas dessa natureza sejam resolvidas rapidamente e sem necessidade de um processo judicial.

Além de atuar em Ações Individuais e em Tutelas Coletivas, a Defensoria também busca soluções jurídicas, não necessariamente judiciais, como, por exemplo, a proposição de soluções extrajudiciais e acordos. Além disso, a lei prevê que sejam criados Centros de Atendimento Multidisciplinar a fim de otimizar a solução dos conflitos trazidos à Defensoria, com o auxílio de instrumental psicossocial. Ainda neste ano deve ser aberto concurso público para provimento de cargos de agente de Defensoria, dentre os quais serão selecionados profissionais das áreas da Psicologia e Serviço Social. ●

COMO ENCAMINHAR

Tanto no Ministério Público Estadual como na Defensoria Pública de São Paulo, o encaminhamento de denúncias pode ser feito por meio do preenchimento de um protocolo, preferencialmente acompanhado de documentação.

MAIS INFORMAÇÕES

DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO PAULO
www.defensoria.sp.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE SÃO PAULO
www.mp.sp.gov.br

PROCURADORIA DA REPÚBLICA
www.prsp.mpf.gov.br

PELO INTERESSE PÚBLICO

Reynaldo Mapelli Júnior é Promotor de Justiça e Coordenador da Área de Saúde Pública do Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva. Durante seis anos esteve à frente do Grupo de Ação Especial de Saúde Pública do Ministério Público de São Paulo. Na entrevista a seguir, ele fala do interesse numa parceria com o CRP SP e sobre as formas como as denúncias de abusos podem ser encaminhadas ao Ministério Público.

PSI – O Ministério Público e o CRP SP podem, de alguma forma, atuar em conjunto?

Reynaldo Mapelli – Uma das minhas atribuições como coordenador da área é procurar aproximar as instituições da área de Saúde Pública do Ministério Público. No caso do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, por exemplo, procurei a instituição por já ter uma história longa em relação à atividade do psicólogo; é um órgão de fiscalização dessa atividade, é um órgão que tem capacidade técnica de fornecer pareceres e entendimentos e nós temos, entre as atribuições da Promotoria de Justiça, a defesa do cidadão na área da Saúde Mental. Então acho importante trazer o CRP SP para as nossas discussões e para as nossas investigações.

PSI – Como surgiu essa ideia?

Reynaldo Mapelli – Quando ainda era promotor do Gaesp, tive de estudar a eletroconvulsoterapia, procedimento mais conhecido como eletrochoque, em um inquérito civil envolvendo um hospital de São Paulo. Na época, pedi ao Conselho Federal de Psicologia um parecer sobre esse assunto. Foi um parecer muito bem feito e que ajudou muito na investigação. E aí surgiu a ideia, que eu creio perfeitamente viável, de formalizar uma parceria entre o Ministério Público e Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Penso que o Conselho pode nos ajudar muito, especialmente nas investigações envolvendo a área de Saúde Mental.

PSI – Na área de Saúde Mental os psicólogos muitas vezes se deparam com a impossibilidade de prestar atendimento pela falta de investimentos na rede substitutiva de atendimento. O que fazer em situações desse tipo?

Reynaldo Mapelli – Frente a uma situação de violação de direitos, um psicólogo pode fazer uma representação, isto é, enviar uma carta ao Ministério Público, explicando o que está ocorrendo. De preferência, ele deve acrescentar algum tipo de evidência do que está dizendo. Essa representação é protocolada e distribuída e dá origem a um inquérito civil, no qual se investiga o que está sendo denunciado.

PSI – Essa representação precisa ser feita por meio de alguma instituição ou pode ser feita em caráter pessoal?

Reynaldo Mapelli – Pode ser feita tanto em nome de uma instituição como em nome pessoal. Em qualquer caso, vale repetir que é importante, sempre que possível, que a representação seja acompanhada de algum documento que sustente a denúncia.

PSI – É grande o volume de denúncias recebidas pelo MP?

Reynaldo Mapelli – Diariamente o Ministério Público recebe uma quantidade considerável de representações trazidas tanto por pessoas físicas como por entidades. Nós temos atuação em várias áreas como assistência farmacêutica; fiscalização de hospitais; transplante de órgãos, Saúde Mental e outras que surgiram por consequência dessa atuação. Muitas das denúncias são resolvidas no inquérito civil, por meio de recomendação com termo de ajustamento de conduta. Outras, resolvidas após ajuizamento de ação civil.

PSI – Essa atuação traz resultados de alcance mais amplo?

Reynaldo Mapelli – Sim. No estado de São Paulo, por exemplo, temos hoje atendimento e tratamento a autistas, a portadores de fibrose cística e a portadores de DPOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica), para os quais existem hoje políticas públicas de tratamento. Essas políticas públicas decorreram de ações civis públicas propostas pelos promotores da área de Saúde de São Paulo.

ética, competência e

Na edição 158, o Jornal PSI abordou a questão da Ética com a doutora em Educação Terezinha Azeredo Rios. Nesta edição o tema é retomado com a psicóloga Patrícia M.G. Cintra Mortara, professora de Ética Profissional no curso de Psicologia da PUC-SP e integrante da Comissão de Ética do CRP SP. Na entrevista a seguir ela aborda a Ética ligada à prática profissional, os dilemas enfrentados e a importância de uma visão política para dar sentido a uma tomada de decisão consciente e refletida.

PSI – O CRP SP possui um Código de Ética, que foi reformulado em 2005. Esse instrumento é suficiente para que o Psicólogo atue de forma ética na sua profissão?

Patrícia Mortara – Ao longo de sua vida profissional, o psicólogo enfrenta uma série de dilemas, ou seja, situações nas quais as decisões implicam algum tipo de análise e reflexão. O Código de Ética é o parâmetro e o referencial que o psicólogo tem a seu alcance frente a situações nas quais há um dilema envolvido. Mas o Código não é um oráculo, com respostas prontas e fechadas para tudo. Se assim fosse, isto é, se tudo se resumisse a seguir preceitos e normas de forma mecânica tal como se segue uma receita de bolo, não se poderia falar em análise, reflexão e crítica. Também não se poderia falar em ação ética. Uma ação ética pressupõe uma ação consciente do sujeito, tendo as normas como referência. É a reflexão sobre as normas, a análise das consequências da ação, que pode apontar para o psicólogo os caminhos a seguir e a melhor decisão a tomar.

PSI – Que dilemas podem surgir na atuação do Psicólogo?

Patrícia Mortara – Os dilemas são muitos e quase nunca a tomada de decisão é simples. No Jornal Psi 159, a Comissão de Ética publicou um quadro das temáticas analisadas pela Comissão em 2008, esses tópicos são múltiplos e inúmeros: laudo psicológico, envolvimento amoroso, avaliação psicológica para obtenção de carteira de habilitação, quebra de sigilo, envolvimento material. Em cada um desses casos, frente a uma problemática, o psicólogo toma uma decisão. A decisão passa a ser questionada pela parte envolvida, daí vir a ser analisada pela Comissão de Ética. Outros dilemas aparecem no cotidiano do trabalho e a análise e reflexão do melhor caminho, tendo como parâmetro o Código, é que farão de cada psicólogo um profissional ético.

PSI – Como o profissional pode tomar uma decisão em situações como essas?

Patrícia Mortara – Qualquer decisão que o psicólogo toma frente a um dilema está apoiada em três aspectos fundamentais: a consciência do problema com que se defronta e as consequências da sua ação; a linha teórica adotada, que dará os parâmetros e a fundamentação para a ação e a responsabilização pela ação tomada. Enfim, todo o caminho de tomada de decisão implica em um psicólogo ético e competente.

PSI – O que a seu ver é um psicólogo ético e competente?

Patrícia Mortara – Profissional ético e competente, usando as reflexões de Terezinha Rios (entrevistada na edição 158), é um profissional que faz bem aquilo que faz tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista político. Essa competência é resultado dos conhecimentos teóricos e técnicos adquiridos ao longo da sua formação e do projeto de profissão que o profissional se propõe a concretizar, a partir dos seus valores, das condições e necessidades da sociedade em que vive e dos anseios da categoria.

PSI – Esse projeto de profissão está de alguma forma presente no Código de Ética?

Patrícia Mortara – Está nos seus Princípios Fundamentais. Um Código de Ética é historicamente construído, fruto de uma visão de psicologia que a categoria construiu ao longo de décadas. Qual é a psicologia que buscamos? Uma psicologia de qualidade, comprometida com a maioria da população, que visa à promoção da saúde e da qualidade de vida, que constrói e se compromete com políticas públicas. Qual é o profissional que buscamos? Um profissional responsável, com boa qualidade do serviço prestado, atualizado e crítico.

PSI – Essas diretrizes são bastante amplas. Como ficam as tomadas de decisão no cotidiano do psicólogo?

Patrícia Mortara – As questões são amplas porque têm origem numa reflexão ampla, em que cada profissional poderá encontrar caminhos para analisar o seu cotidiano de trabalho. Não há respostas fáceis nesse campo. Uma pergunta recorrente dos alunos da PUC-SP é “se está escrito no Código, eu tenho que obedecer,

política

para que então a necessidade de reflexão?” Esse aspecto gera sempre uma grande polêmica, por isso vale recorrer a um debate proposto por Eduardo Gianetti da Fonseca. Ele aponta que podemos aderir a uma norma por submissão, que é o receio da sanção externa, ou por identificação, ou seja, a adesão para estar no grupo, ou ainda por internalização, quando se acata uma norma porque é o resultado de uma reflexão. Apenas no caso da internalização é que existe um sujeito ético. A implicação dessa proposta é que não escapamos de uma análise caso a caso e é isso que a Comissão de Ética faz. Frente a uma denúncia, solicita-se a todos os profissionais que apresentem a sua defesa prévia, e é nessa defesa que o psicólogo analisa e justifica a decisão tomada, frente à situação dada.

PSI – Como professora de Ética Profissional quais os temas que você acredita serem essenciais para a formação de futuros profissionais?

Patrícia Mortara – Em primeiro lugar é importante conhecer a realidade da categoria e refletir sobre como a nossa profissão é vista pela sociedade. Somente conhecendo a imagem que o psicólogo e a Psicologia têm na sociedade, é que futuros profissionais poderão fazer uma análise crítica ou construir uma nova imagem, caso discordem da forma como somos vistos. Um curso de Ética requer também que os alunos possam refletir sobre Ética e Moral, inserindo nessa reflexão o Código de Ética Profissional, tema central do curso. Frente aos aspectos apontados acima, e entendendo que se aprende a refletir, refletindo, trazemos para análise e reflexão crítica, no contexto da sala de aula, diferentes polêmicas, nas quais os alunos se posicionam, analisando implicações e consequências da posição tomada. ●

→ processos éticos

QUESTÕES TÉCNICAS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA CNH

Em fiscalização na Clínica onde o Psicólogo H. realizava avaliação psicológica em candidatos à obtenção da carteira nacional de habilitação (CNH), este foi orientado a utilizar somente teste com parecer favorável do CFP e cadeira adequada na aplicação do teste PMK, aplicar testes em sala que garanta o sigilo e entregar o resultado da avaliação após a adequada correção dos testes.

Verificou-se na visita de retorno que algumas inadequações foram sanadas. No entanto, alguns testes PMK de candidatos continuavam não sendo mensurados, embora estes constassem no livro de registro como “aptos.” Tal fato deu ensejo a abertura de representação ética. O Psicólogo alegou que, em casos excepcionais, utilizava-se do conjunto de “máscaras” de avaliação do PMK, tendo em vista a necessidade de entrega do resultado rapidamente pelo pouco tempo disponível pelos candidatos ou existência de vários candidatos.

O CRP/SP entendeu que o uso da “máscara” de avaliação do PMK para facilitar o processo de mensuração não é, em si, problemático. Porém não pode ser considerado o resultado final do teste de personalidade, que inclui a análise qualitativa de vários indicadores. Além disso, deve explicitar a mensuração e como os dados quantitativos se situam em relação à tabela correspondente para, em sua síntese final, explicar sobre a personalidade do candidato avaliado e sua atual situação psicológica.

A avaliação psicológica para CNH tem a importante finalidade de identificar condições mínimas para o correto exercício de conduzir um veículo. O profissional que atua na área tem que estar consciente da grande responsabilidade que assume ao realizar tal trabalho. Ao fazer a avaliação parcial de um teste, o psicólogo pode colocar em risco a segurança do avaliado e da coletividade.

O teste psicológico é uma medida objetiva e padronizada de uma amostra do comportamento. É fundamental que haja dados científicos de validade e precisão, situação padronizada para a aplicação, avaliação e classificação das respostas em relação a um grupo de referência e registro preciso, não podendo ocorrer avaliação incompleta. A alegação fornecida pelo Psicólogo não justifica a falta de rigor na avaliação.

Desta forma, entendeu-se que houve infração aos seguintes princípios e artigos do Código de Ética* :

Princípios fundamentais

II. o Psicólogo trabalhará visando a promover o bem-estar do indivíduo e da comunidade, bem como a descoberta de métodos e práticas que possibilitem a consecução desse objetivo

Das responsabilidades gerais do Psicólogo

Art. 1º São deveres fundamentais do Psicólogo:

c. prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional

Art. 2º Ao Psicólogo é vedado:

I. interferir na fidedignidade de resultados de instrumentos e técnicas psicológicas

m. adulterar resultados, fazer declarações falsas e dar atestado sem a devida fundamentação técnico-científica

O uso das “máscaras” de correção do PMK é opcional, e, se ocorrer, não substitui a avaliação manual (nem quantitativa, nem qualitativa).

Aos Psicólogos que se utilizam de testes psicológicos é requerida a observância da Resolução CFP 02/2003, que regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos, bem como a adequada apropriação do Manual do instrumento a ser utilizado. Ainda que o profissional seja experiente em avaliação psicológica, em hipótese alguma esta deve se basear no “olhômetro”, devendo todas as etapas previstas nos respectivos manuais dos testes serem seguidas para garantir a prestação de serviços à população com qualidade técnica e ética.

* Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/05

(Artigo da Resolução CFP N.º 010/05 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/05 relacionado ao tema exposto: Princípio Fundamental II, Art.1º, “c”, Art. 2º, “g” e “h”).

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07 (Código de Processamento Disciplinar), disponível no site: www.crp.org.br – item “legislação”.

um diálogo

Psicólogos que integram projetos do Teatro do Oprimido falam da experiência de levar cidadania a usuários da Saúde.



Geo Britto: capacitando profissionais da saúde mental na metodologia do Teatro do Oprimido.



No início dos anos 60, o dramaturgo Augusto Boal viu-se diante de um desafio que mudou a sua maneira de encarar o teatro e o levou a fazer uma revolução nessa arte. Um dia, durante a apresentação de um musical no interior do Nordeste sobre a questão agrária, um camponês sem terras convidou os artistas a enfrentarem os jagunços dos fazendeiros da região. Eles recusaram o convite. Boal percebeu então, que o teatro que realizava dava conselhos que ele próprio e seu grupo não eram capazes de seguir. A partir daí, começou a pensar que o teatro deveria ser um diálogo e não um monólogo. Para colocar isso em prática, criou, mais tarde, o Teatro do Oprimido (TO), um método teatral que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais e estimula a participação de atores e espectadores na encenação.

A metodologia teatral criada por Boal, falecido em maio deste ano, vai além do espetáculo propriamente dito. Ela também tem um objetivo político, que é a conscientização dos espectadores. Assim, o teatro é um meio para a organização e o debate dos problemas vivenciados por quem participa dele. Além disso, possibilita a formação de

multiplicadores da defesa dos direitos e da cidadania das comunidades onde o Teatro do Oprimido está sendo aplicado. Hoje, o método é usado no Brasil e em vários outros países, em parceria com organizações não-governamentais, movimentos sociais e órgãos públicos. O TO envolve profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, psiquiatras, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e assistentes sociais.

Um dos projetos mais importantes em desenvolvimento é o Teatro do Oprimido na Saúde Mental, realizado desde 2004 pelo Centro de Teatro do Oprimido, do Rio de Janeiro, com o apoio do Ministério da Saúde, por meio da Coordenação Nacional de Saúde Mental. “Começamos em 2004 com um pólo inicial no estado do Rio de Janeiro, envolvendo a Capital, Niterói, Duque de Caxias, Queimados e São João de Meriti”, explica o sociólogo Geo Britto, coordenador nacional do Projeto Teatro do Oprimido na Saúde Mental. “Depois, em 2006, o projeto foi ampliado para o Estado de São Paulo, incluindo a Capital, Guarulhos, Santos, Praia Grande, Itanhaém, São Vicente, Guarujá e Cubatão. Ano passado entramos numa terceira etapa, na qual incluímos também o Estado de Sergipe com Aracaju,

o com o teatro

Itabaianinha, Riachão, Nossa Senhora das Dores e Poço Verde.”

O objetivo do projeto é a capacitação de profissionais da Saúde Mental na metodologia do Teatro do Oprimido, para que estes repassem e apliquem o aprendido nos seus Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), Unidades Básicas de Saúde (UBS), ambulatórios e outras unidades de atendimento médico. Mais de 180 multiplicadores já foram capacitados na metodologia. “A proposta é que o Teatro do Oprimido possa se tornar uma nova ferramenta, tendo como prioridade os usuários do Sistema de Saúde Mental (pacientes), mas também familiares e outros profissionais”, explica Britto. “E que possa usar essa ferramenta estético-participativa como forma de debate e atuação nas unidades, construindo espetáculos que tratem dos problemas vividos pelos usuários, familiares e profissionais.”

De acordo com Britto, o que se busca, por meio das oficinas e espetáculos, é transformar a realidade na qual vivem os pacientes. Por exemplo, há cenas que debatem os direitos deles, que são oprimidos por seus familiares ou na rua e no trabalho. Também são realizadas oficinas com os três segmentos (pacientes, profissionais e familiares), para debater não somente por meio da fala, mas das imagens, as suas opressões.

As encenações são feitas tanto dentro como fora dos CAPS, levando assim o debate da Reforma Psiquiátrica e os Direitos Humanos e a questão da Saúde Mental não só para quem é da área, mas para toda sociedade. “Por exemplo, usuários apresentam sua cena dentro de uma escola e os alunos, que antes tinham medo do chamado ‘louco’, após as apresentações, que permitem no Teatro do Oprimido a participação da plateia, quebram um pouco do preconceito e dizem, ‘então este louco aí é igual a mim?’”

Para os psicólogos, o Teatro do Oprimido é uma oportunidade de ampliar sua atuação. É o que diz Yara Toscano, que participou do grupo desde 1996, quando se formou em Psicologia. “Minha busca por uma

clínica ampliada começou na faculdade e o projeto veio ao encontro do que eu acreditava – e acredito – como possibilidade de acessar pessoas e grupos”, conta. “Atualmente integro a equipe do Centro de Teatro do Oprimido em São Paulo. Não trabalho como psicóloga, estritamente falando, mas como ‘curinga’. Meu olhar e experiência em Psicologia fortalecem o trabalho. Essa é uma das características que prezo no método – a multidisciplinariedade.”

Para a psicóloga clínica Adalgiza Luz, o psicólogo, com a sua formação, pode contribuir muito para a melhoria dos pacientes participando do Teatro do Oprimido. “Percebo que os exercícios, assim como a participação grupal e as histórias vivenciadas, mobilizam muito os conteúdos emocionais”, diz. “A clareza está em saber que não estamos fazendo Psicoterapia, mas, sim, usando um recurso terapêutico extremamente rico e eficaz diante dessa demanda.”

Adalgiza atua no TO desde 2006, quando participou da capacitação do centro do projeto no Rio. Além disso, ela trabalha na prefeitura de Santos como psicóloga desde 1991, desenvolvendo um trabalho de ‘curinga’, ou seja, de facilitadora das oficinas do Teatro do Oprimido. Adalgiza também faz o papel de multiplicadora das técnicas do projeto, capacitando e supervisionando outros profissionais que atuam junto aos doentes mentais nos CAPS e em outros setores da Saúde, tais como o que lida com pacientes de Aids. “O trabalho é sempre muito enriquecedor, pois os pacientes podem trazer cenas de opressão vivenciadas no seu cotidiano”, explica.

Apesar de os psicólogos atuarem no Teatro do Oprimido na mesma perspectiva em que trabalham em outros contextos, há uma diferença. “Nós utilizamos nosso conhecimento e experiência em Psicologia para contribuir e fortalecer o trabalho do teatro”, explica Yara. “É a ciência fortalecendo a arte e ambas fortalecendo o ser humano. O psicólogo identifica questões no grupo que favorecem o tratamento dos usuários em seu processo terapêutico;

promovem espaço de autoinvestigação e autoinvenção; fortalecem os vínculos entre os membros dos grupos e trabalham para incluir as famílias no processo teatral dos participantes.”

O resultado desse trabalho conjunto e multidisciplinar propiciado pelo Teatro do Oprimido tem sido significativo. A parceria com o Ministério da Saúde resultou numa relação mais humana entre os pacientes, seus familiares e os profissionais do SUS. “Usuários que antes mal se comunicavam passam a participar ativamente do grupo, assumir personagens e novos papéis na sua vida: falar em público, trabalhar e até namorar”, diz Britto. Em termos concretos, desde que o teatro entrou na vida dessas pessoas os períodos de internação e de depressão diminuíram, a adesão ao tratamento aumentou, o consumo de medicação baixou e a vontade de viver ressurgiu. Tudo por causa do método criado por Boal. ●



Acima e à esquerda, trabalho com grupos dos CAPS, ocorrido na sede Mundial do Centro de Teatro do Oprimido, no Rio de Janeiro.

20 anos de conferências

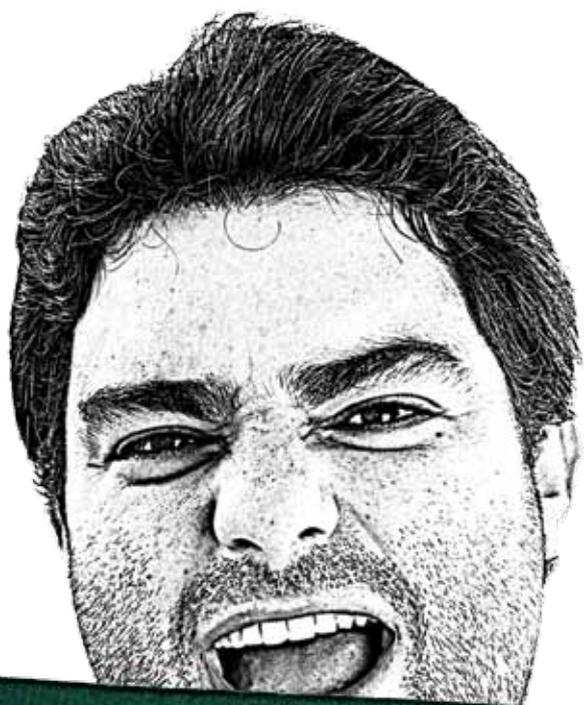
Criadas a partir da Constituição de 1988, as Conferências sobre Políticas Públicas fazem parte do esforço de dotar o país de mecanismos de democracia participativa. Ao longo desse período houve avanços importantes, mas ainda é preciso encontrar formas de garantir a concretização das propostas firmadas nesses encontros.

Reflexo das lutas contra a Ditadura Militar, a Constituição Brasileira de 1988 incorporou mecanismos de democracia participativa. Foi a partir da sua promulgação que se estabeleceram os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal. Com representação paritária do Estado e da sociedade civil, seu objetivo é o de formular políticas públicas sobre questões como Saúde, Crianças e Adolescentes, Assistência Social, Direitos Humanos e outras. Hoje existem cerca de 30 mil conselhos desse tipo em todo território nacional. As Conferências sobre Políticas Públicas fazem parte da proposta de democracia participativa. Ao reunir os diversos atores que integram esse esforço, elas buscam articular a ação dos Conselhos e auxiliar na formação de uma agenda nacional.

Para a Conselheira e coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Sandra Elena Sposito, as conferências são de importância fundamental para os psicólogos.

“Nosso trabalho, nas diversas instâncias nas quais atuamos, depende diretamente das propostas de ação colocadas em prática pelo Estado. Além disso, temos, nos nossos fundamentos éticos, um compromisso com o bem-estar amplo dos cidadãos, que nos leva a questionar também tudo aquilo que os governos se propõem a fazer no âmbito das políticas públicas.”

Ao longo dos últimos 20 anos, dezenas de conferências foram realizadas no país. Só entre 2003 e 2008, de acordo com a Secretaria Geral da República, foram 53, envolvendo 3,4 milhões de brasileiros em todas as etapas, incluindo as conferências municipais e estaduais. Por si só, a existência desses eventos pode ser considerada uma conquista notável, dada a perspectiva de garantir à sociedade um mecanismo de participação popular. Além disso, elas têm sido importantes para direcionar uma série de ações do governo. Contudo, ainda estão longe de garantir um controle social realmente efetivo, como observa o sociólogo Rudá Ricci (veja entrevista ao lado).





Integrante do Fórum Brasil de Orçamento e do Observatório Internacional da Democracia Participativa, o sociólogo Rudá Ricci faz, na entrevista a seguir, uma avaliação crítica sobre as Conferências de Políticas Públicas e aponta os caminhos por meio dos quais elas poderão dar um salto de qualidade e atingir seus objetivos.

PSI – Qual o significado das Conferências sobre Políticas Públicas?

Rudá Ricci – As conferências ampliam a legitimidade dos conselhos de gestão pública, criados no Brasil a partir da Constituição de 1988. A expectativa em relação a esses mecanismos é que eles permitam o chamado controle social. É bom esclarecer que controle social não significa apenas fiscalização, mas capacidade de formulação e gerenciamento das políticas públicas. Em outras palavras, significa uma “invasão” da sociedade civil sobre o aparelho de Estado e maior controle sobre os governos. As conferências têm este papel: articular a ação dos conselhos e auxiliar na formulação de uma agenda nacional.

PSI – Esse papel está sendo cumprido?

Rudá Ricci – Ainda estamos anos-luz de um ponto minimamente ideal. Mesmo porque, os governos não acatam as deliberações das conferências e ainda estamos segmentando em excesso as conferências por temas. Seria importante articularmos uma discussão sobre um projeto democrático para o país, a partir dos conselhos.

por um salto de qualidade

PSI – Que entraves você vê nesse processo?

Rudá Ricci – Um deles é de articulação. Em uma mesma cidade podem existir até seis ou mais conselhos, mas que nem sempre se articulam entre si, dispersando a possibilidade real de controle social sobre as políticas públicas locais. Outro é a fragmentação temática, que cria um espírito corporativo e fechado, em vez de interferir efetivamente na agenda nacional, pública. Um terceiro aspecto é que as conferências não se articulam com o processo decisório das políticas públicas. Dependem da boa vontade do parlamento e do Executivo. E o governo federal dá o exemplo quando não incorpora as deliberações das conferências nem mesmo no Plano Plurianual (PPA, que define as prioridades da gestão para os quatro anos seguintes).

PSI – Pode-se falar em “ritualização” das conferências?

Rudá Ricci – Sim, acho que há um forte caráter ritualístico. Mas temos que compreender que uma conferência é um evento e não um processo de controle social. As conferências são plenárias imensas. O primeiro problema é a pauta. Quem as define? Ultimamente, percebo uma forte tendência delas adotarem uma agenda governamental e não da sociedade civil. A última Conferência Nacional de Direitos da Criança e Adolescente adotava como pauta a discussão de programas e ações de governo. Mas o controle social, quem faz, são os conselhos de gestão pública, de direitos e temáticos.

PSI – O que seria preciso mudar?

Rudá Ricci – Os conselhos poderiam apontar para uma nova estrutura de gestão pública no Brasil, mais participativa, aumentando o poder da sociedade civil sobre os governos. Mas, muitas vezes, tornam-se auxiliares. E não apenas em função do fenômeno da “prefeiturização”, isto é, do comando dos conselhos pelas Prefeituras, mas porque os próprios conselheiros não possuem visão estratégica sobre seu papel. Daí a necessidade de criação de uma rede de Escolas da Cidadania, voltadas para construção de uma espécie de Universidade da Gestão Pública Participativa.

PSI – Ao seu ver, quais as principais conquistas alcançadas até hoje?

Rudá Ricci – Há conquistas parciais e, digamos, temáticas ou corporativas. Dou um exemplo: a Conferência Nacional de Saúde inibiu a privatização do SUS, que segundo proposta governamental seria gerenciada por fundações. A rejeição política foi forte e o governo recuou. Há, ainda, uma forte visibilidade pública de setores que, sem as conferências, não conseguiriam se articular e ganhar projeção. É o caso da conferência LGBT. Mas, sem que os conselhos tenham poder de responsabilizar autoridades públicas que não cumprirem suas deliberações ou não incorporem as deliberações das conferências, elas se tornam um importante ritual, mas nada mais que isto.

PSI – O que poderia ser feito para tornar mais efetiva a participação nas Conferências?

Rudá Ricci – Sem o poder de responsabilizar a autoridade pública, os conselhos e conferências tornam-se peça marginal ao poder político real no Brasil. E serão paulatinamente refutados pelo poder real. A proposta que nós, do Fórum Brasil do Orçamento (FBO), apresentamos é a da Lei de Responsabilidade Fiscal e Social. Apresentamos essa proposta na Câmara Federal e ela já foi aprovada em duas comissões internas. Essa proposta cria um sistema de monitoramento das políticas sociais brasileiras.

PSI – De que maneira isso seria feito?

Rudá Ricci – O monitoramento seria realizado por conselhos compostos por representantes da sociedade civil. Esses conselhos de monitoramento, por sua vez, apresentariam balanços anuais, em agosto, a partir das prioridades sociais (que denominamos na lei de “mínimos sociais”) definidas em cada peça orçamentária (seria uma obrigatoriedade a definição dos índices mínimos a serem atingidos a cada ano). Dois balanços negativos apresentados pelo conselho de monitoramento abririam processo de *impeachment* da autoridade pública. Essa é a solução que acreditamos a mais viável e que daria um passo no sentido do controle social sobre políticas públicas.

Os psicólogos, por meio do Sistema Conselhos, têm participado de diversas dessas iniciativas – como foi o caso, mais recentemente, da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2ª CNDPI), ocorrida em março de 2009, e a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2008. Têm também demandado a realização de conferências específicas, como é o caso da IV Conferência de Saúde Mental, cuja edição anterior foi realizada em 2001. No manifesto que exige do Conselho Nacional de Saúde a realização do evento ainda em 2009, o CFP observa que várias mudanças ocorreram ao longo desses oito anos e que é necessário discutir uma série de aspectos, entre eles a escassez de CAPS III, um dispositivo fundamental de cuidado para o atendimento ao usuário em crise.

Outra conferência também demandada pelos psicólogos é a 1ª Conferência Nacional de Comunicação. A realização do evento, reivindicada há quase duas décadas por diversas entidades civis defensoras do direito à comunicação, foi finalmente convocada para ser realizada de 1º a 3 de dezembro deste ano em Brasília. O tema do encontro será “Comunicação: Direito e Cidadania na Era Digital” e o objetivo é debater a democratização das comunicações a partir do ângulo da cidadania. Segundo Roseli Goffman, representante do Conselho Federal de Psicologia na Comissão Executiva do FNDC (Fórum Nacional para Democratização da Comunicação), os movimentos sociais e as organizações têm debatido a necessidade de um contrato público no campo da comunicação. “Queremos que a comunicação de massa seja um meio de expressão no campo social”, diz.

IDOSOS – Em março, ocorreu em Brasília, a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2ª CNDPI). Segundo a conselheira do CFP Maria Christina Veras, os idosos são considerados um segmento multidisciplinar na Psicologia, já que a subjetividade e a identidade deles estão ligadas a diferentes áreas, comumente relacionadas às suas trajetórias e ações individuais. “A Psicologia brasileira está preocupada em produzir subsídios que contribuam para a formulação de políticas e implementação de ações voltadas à população idosa”, afirma.

Ainda de acordo com Maria Christina, muitos transtornos psíquicos só são evidenciados a partir de certa idade. “Precisamos quebrar essa timidez do segmento ao instalar certa intimidade com a leitura subjetiva. Temos a proposta de suspeitar de nós mesmos, psicólogos, de trazer reflexão e abrir cortinas para o tema do envelhecimento”, diz a conselheira. ●

CONFERÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS: A PARTICIPAÇÃO DO CRP SP

O CRP SP se envolveu a fundo com a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos. Representantes da entidade participaram de quase todos os eventos preparatórios, incluindo a VI Conferência Estadual de Direitos Humanos, de onde saiu como delegada a psicóloga Maria Orlene Daré. No evento realizado em Brasília – com 1.228 delegados em um total aproximado de 2 mil participantes –, a entidade contou ainda com a participação, como observadoras, das psicólogas Maria Isabel Nascimento Marques e Tereza Endo.

Materiais do CRP SP abordando temas ligados aos Direitos Humanos foram distribuídos ao longo do evento. De acordo com a Conselheira Sandra Sposito, foi uma oportunidade de dar visibilidade aos esforços que o Conselho vem desenvolvendo e, ao mesmo tempo, criar sinergias com os demais participantes na defesa de tópicos comuns. Em um evento de proporções gigantescas, a participação dos psicólogos, assim como a de representantes de outras áreas da sociedade, esteve longe de ser, por si só, um peso decisivo. Na avaliação de Sandra, contudo, as propostas levadas para o encontro, ainda que amalgamadas a outras, acabaram sendo contempladas.

Veja, a seguir, as propostas do CRP SP com relação aos Direitos Humanos:

EDUCAÇÃO

- Educação pública, democrática e de qualidade para todos,
- Ambiente escolar estimulante e acolhedor, sem violência de qualquer natureza,
- Escola não excludente garantido o direito de todos à educação e participação na coletividade.

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

- Lutar contra o modelo de criminalização da pobreza.
- Combater o recurso maciço ao encarceramento fortalecendo e promovendo iniciativas que utilizam as penas alternativas. Ampliar e fortalecer as Defensorias Públicas.

TORTURA E VIOLÊNCIA

- Pelo fim absoluto da tortura em qualquer circunstância e manifestações de violências

COMUNICAÇÃO E MÍDIA

- Enfrentamento e denúncia das versões impostas pela mídia hegemônica, democratização da comunicação.
- Apoiar a Campanha para a Conferência Nacional de Comunicação.

SAÚDE

- Manter a defesa incondicional do SUS – Sistema Único de Saúde.
- Lutar pela efetivação da Luta Antimanicomial.
- Denunciar as penosas condições de saúde do trabalhador,
- Combater o trabalho escravo e o trabalho infantil.
- Apoiar a descriminalização do aborto.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Manter a defesa incondicional do ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Fortalecer o SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

SEXUALIDADE E GÊNERO

- Enfrentamento da Homofobia.
- Reconhecimento das diversas configurações familiares..
- Defesa dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos
- Enfrentamento da violência de gênero.

POVOS INDÍGENAS

- Lutar para garantir a integridade de suas culturas e espaços territoriais.
- Apoiar iniciativas que promovam a saúde da população indígena.

martín-baró

por uma psicologia latino-americana

O interesse pela Psicologia da Libertação, enunciada por Martín-Baró, vem crescendo na América Latina e fora dela. O IX Congresso Internacional de Psicologia Social da Libertação, realizado em Chiapas, no México, no ano passado, contou com cerca de 2 mil participantes de vários pontos do mundo.

No Brasil, um grupo formado por estudantes de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) dedica-se ao projeto de pesquisa e captação de material sobre o autor, na Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg. O projeto abrange a organização, catalogação de obras e de material bibliográfico existente no País e no exterior, observa Nilson Berenchtein Netto, pós-graduando da PUC-SP e um dos responsáveis pelo projeto.

O que explica a atenção dedicada ao trabalho desse padre espanhol, jesuíta, formado em Filosofia e Psicologia, é a convicção de que suas análises permanecem um meio importante para entender os processos de desigualdade social e interferir sobre eles. Para compreender, por exemplo, os mecanismos que levam um grupo humano a aceitar relações nas quais objeto de injustiça e opressão.

A ideia de criar uma Psicologia Social Latino-Americana justifica-se pela compreensão de que esses fatos estão inseridos na identidade social das pessoas. Tal visão se contrapõe às práticas psicológicas que tradicionalmente marcaram o desenvolvimento da Psicologia “sem levar em conta a realidade histórica” de cada país, analisa Berenchtein.

“Martin-Baró tem uma importância simbólica, do ponto de vista de uma Psicologia militante. Apresenta uma alternativa que não é seguida pelo campo acadêmico brasileiro”, observa Odair Furtado, professor do Departamento de Psicologia Social da PUC-SP. “Ele é um dos pioneiros nessa crítica”, acrescenta.

Para alguns, a atenção se alimenta também da admiração pelo homem que sustentou o compromisso com suas ideias, mesmo sabendo o alto risco dessa atitude. Afinal, ele se tornou um incômodo tão grande para as oligarquias de El Salvador, em meio a uma situação de intenso conflito, na década de 1980, que era preciso eliminá-lo. O que foi feito por um grupo de paramilitares após invadirem a Universidade Centroamericana José Simeón Cañas (UCA) e matarem oito pessoas, entre elas o reitor da instituição e Martín-Baró, vice-reitor. Assim, era eliminado também o fundador do Instituto Universitário de Opinião Pública (IUDOP), entidade cujas pesquisas exibiam uma realidade discordante dos discursos governamentais.

O conceito de “conscientização” na obra de Martín-Baró foi assimilado do trabalho do educador Paulo Freire e de sua visão pedagógica, mostrando o intercâmbio intelectual que se ampliou nas últimas décadas entre os latino-americanos. A introdução de seu pensamento no Brasil, por sua vez, deve-se à professora e pesquisadora Sílvia Lane, do Departamento de Psicologia Social da PUC-SP.

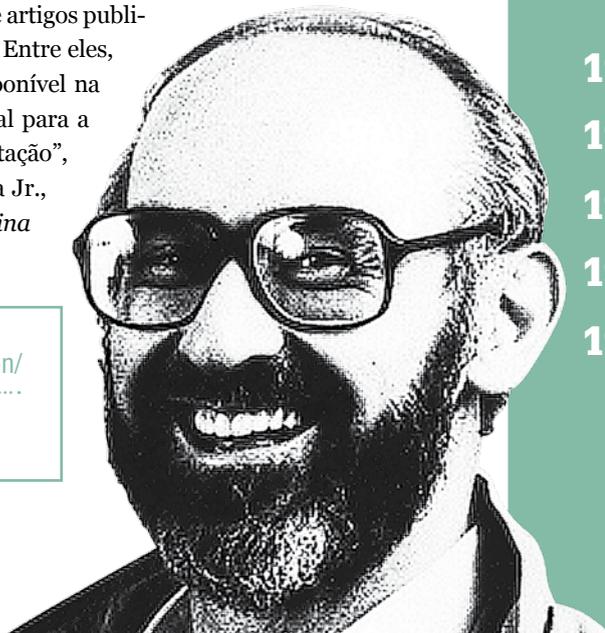
Até agora, entretanto, dos 11 livros e dezenas de artigos publicados, poucos foram traduzidos para o português. Entre eles, o bastante difundido “O Papel do Psicólogo”, disponível na *web*, e artigos do recém-lançado “Psicologia Social para a América Latina: o resgate da psicologia da libertação”, organizado por Raquel Guzzo e Fernando Lacerda Jr., pela Editora Alínea (veja seção *Estante na página 27*). Mais informações, consulte:

LISTA DE DISCUSSÃO:

<http://es.groups.yahoo.com/group/psicliberacion/>

REVISTA:

<http://www.liber-accion.org/Joomla/>



CRONOLOGIA

- 1942** □ Nasce em Valladolid, Espanha, a 7 de novembro, Ignacio Martín-Baró.
- 1959** — Ingressa no noviciado da Companhia de Jesus de Orduña, sendo enviado para a América Central, ao noviciado da Sociedade de Jesus.
- 1961** — Estuda Humanidades Clássicas na Universidade Católica de Quito.
- 1962** — Ingressa na Universidade Javeriana, em Santafé de Bogotá, para estudar Filosofia.
- 1964/65** — Obtém o título de bacharel em Filosofia (1964) e licenciatura em Filosofia e Letras (1965).
- 1966** — Retorna a El Salvador, onde trabalha como professor e coordenador acadêmico do Externato San José, dos jesuítas.
- 1967** — Começa a ensinar na Universidade Centroamericana “José Simeón Cañas” (UCA). No mesmo ano vai estudar Teologia em Frankfurt (Alemanha) e Lovaina (Bélgica).
- 1970** — Obtém o título de bacharel em Teologia, em Eegenhoven (Bélgica). De volta a El Salvador, inicia estudos de psicologia da UCA, onde também se torna professor.
- 1971/74** — Chefia o Comitê Editorial da Revista “Estudios Centro-Americanos” (ECA).
- 1975** — Licenciatura em Psicologia, na UCA, em El Salvador.
- 1977** — Mestrado em Ciências Sociais, na Universidade de Chicago.
- 1979** — Título de doutor em Psicologia Social e Organizacional, também na Universidade de Chicago.
- 1980** — Retorna a El Salvador e à UCA como professor.
- 1981** — Vice-reitor acadêmico e membro da Junta de Diretores da UCA
- 1982** — Chefe do Departamento de Psicologia.
- 1986** — Funda o Instituto Universitário de Opinião Pública.
- 1989** — Vice-reitor de Pós-Graduação e diretor de Pesquisa.
- Em 16 de novembro, morre assassinado por um grupo paramilitar.



Índigena da etnia Caiapó faz pintura em participante do Fórum Social Mundial.

Participantes do Fórum Social Mundial fazem o credenciamento ao chegar ao local do encontro.

Acampamento indígena ao lado da Universidade Federal Rural do Pará, um dos locais onde foi realizado o Fórum Social Mundial.

fórum social mundial: a confluência da diversidade

O Fórum Social Mundial de 2009 destacou-se pelos números expressivos que apresentou: Belém recepcionou 133 mil pessoas, de 142 países e 5.808 entidades, organizações e redes, das quais cerca de 70% eram da América do Sul. Comparativamente a outras edições, esta foi superada apenas pela de 2004, em Porto Alegre (RS).

Durante seis dias, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro, a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal Rural abrigaram centenas de atividades tendo como foco a discussão e elaboração de propostas alternativas frente à ordem social do mundo globalizado pelo mercado.

A escolha de Belém do Pará para realização do Fórum Social Mundial deste ano trouxe o esperado benefício de ampliar a participação no evento das populações amazônicas e dar realce a temas estreitamente ligados à região, como a questão ambiental e a luta pela água. A assembléia geral de encerramento do encontro assinalou quatro eixos que devem orientar a mobilização global em 2009.

1) A proteção dos defensores dos Direitos Humanos que sofrem criminalização por parte de Estados e mercados. Dentro desse eixo mobilizador está o compromisso com o direito à memória e à verdade do período das ditaduras na América Latina.

2) O combate a todas as formas de discriminação: contra povos indígenas e minorias; contra praticantes de todas as crenças religiosas e deficientes.

3) A atenção para as violações de direitos humanos relacionadas às questões de gênero, com prioridade a ações voltadas às mulheres vítimas.

4) A luta pela ratificação do protocolo alternativo do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, ainda não assinado pelo Brasil. O protocolo permite a apresentação de casos individuais de violação diante do sistema internacional de proteção de direitos.

AVALIAÇÃO – De acordo com a psicóloga Roberta Lemos, uma entre os representantes do CRP SP no Fórum, os debates realizados deram contornos mais fortes à luta pela formalização de uma convenção interamericana dos direitos sexuais e reprodutivos, que deverá ter continuidade nos próximos meses. Outro ponto que mereceu atenção foi o

papel da sociedade no controle e fiscalização do Poder Judiciário, como espaço legítimo para as disputas sobre os direitos humanos. “A necessidade da aproximação da sociedade civil com o Poder Judiciário foi colocada como essencial para permitir uma revolução democrática do Direito”, relata Roberta.

Por fim, ela destaca a luta pela democratização da comunicação. No Fórum, diz, reafirmou-se a importância desse movimento de forma que se contraponha a uma realidade brasileira de verticalização, restrição e criminalização de uso dos meios.

Para o psicólogo Leonardo Lopes, também representante do CRP SP no evento, o Fórum Social Mundial também dedicou espaço para debater outras questões como a situação dos povos indígenas. Situação complexa e que resulta em diversas dificuldades. Como exemplo, ele cita o fato de que, enquanto antropólogos, sociólogos e outros especialistas centram sua preocupação nas iniciativas que visam preservar os valores culturais e linguagem das populações indígenas, esses grupos sentem como imperativa a necessidade de serem alfabetizados em português, para obter acesso a bens sociais.

Outra representante do CRP SP no Fórum, a psicóloga Vera Pompílio destacou os debates sobre religiões, que atraíram um grande número de participantes. “A presença de representantes de diversas nacionalidades, etnias e linhas de pensamento presentes em um mesmo lugar fizeram do Fórum um espaço muito rico para o debate de temas importantes e de interesse da Psicologia.” ●

O TEMPO E O CÃO

Maria Rita Khel; São Paulo, Boitempo, 2009, 304 pgs.

A autora parte da suposição de que a depressão é um sintoma social contemporâneo para desenvolver os três ensaios que compõem seu novo livro. Escrito a partir de experiências e reflexões sobre o contato com pacientes depressivos, o livro aborda um tema que, apesar de muito comentado, é pouco compreendido e menos ainda aceito atualmente. Para abordá-lo, Maria Rita faz um apanhado do lugar simbólico ocupado pela melancolia, desde a Antiguidade clássica até meados do século XX, quando Freud trouxe esse significativo do campo das representações estéticas para o da clínica psicanalítica.

PREÇO: R\$ 39,00 | INTERNET: www.boitempo.com | TELEFONE: (11) 3875-7285

O ENCONTRO DE SI NA TRAMA DO MUNDO

Emílio Romero; São José dos Campos; Della Bídia, 2006, 236 pgs.

Temperamento, caráter, personalidade: este é o trinômio sempre presente quando se tenta desenhar os traços e características mais peculiares de uma pessoa. Mesmo esses três conceitos-chave da Psicologia, porém, nem sempre estão suficientemente claros, seja para leigos ou estudiosos. Este trabalho oferece a estrutura e a arquitetura da personalidade humana, destacando não apenas seu lado constituído e programado, mas também dois aspectos, a subjetividade e a singularidade do ser humano, que amiúde ficam de lado nas teorias que os autores propõem sobre este complexo assunto.

PREÇO: R\$ 38,00 | INTERNET: www.emilioromero.net | TELEFONE: (12) 3922-8495

A BELEZA IMPOSSÍVEL – MÍDIA, MULHER E CONSUMO

Rachel Moreno; São Paulo, Ágora, 2008.

Apesar de importantes vitórias, que resultaram em independência sexual, emocional e financeira, as mulheres ainda se cobram – e muito – por não corresponderem ao padrão de beleza imposto pela mídia. Ser magra, jovem e bonita é o desejo de nove entre dez mulheres. A autora propõe uma discussão entre mulheres, homens, pais e educadores sobre a forma como a mídia lida diariamente com a auto-estima feminina. Ela alerta para os malefícios dessa imposição social e ensina a reconhecer os limites da ditadura da beleza, apontando caminhos para quem deseja se defender dessa influência insidiosa.

PREÇO: R\$ 25,00 | INTERNET: www.gruposummus.com.br | TELEFONE: (11) 3872-3322

A RACIONALIDADE TECNOLÓGICA – O NARCISISMO E A MELANCOLIA

Dulce Regina dos Santos Pedrossian. São Paulo; Roca, 2009, 264 p.

Com base nas teorias de Freud, Marcuse, Adorno e de outros estudiosos da psique e do comportamento humano, a autora faz uma profunda crítica social do homem moderno, entrelaçando o mito de Narciso, o conceito de melancolia e a tecnologia. Ela propõe a utilização dos conhecimentos psicológicos sobre as causas sociais dos males que afetam a esfera psíquica, promotores do sofrimento das pessoas.

PREÇO: R\$ 64,00 | INTERNET: www.editoraroca.com.br | TELEFONE: (11) 3331-4478

PSICOLOGIA SOCIAL PARA A AMÉRICA LATINA - O RESGATE DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Raquel S. L. Guzzo e Fernando Lacerda Jr. (org.); Campinas, Alínea, 2009, 318 pgs.

A obra de Martin-Baró foi pioneira em refletir sobre o papel da Psicologia frente à realidade latino-americana, marcada pela pobreza, violência, injustiça, exploração e desigualdade. Sua reflexão buscou criticar a Psicologia hegemônica criada para responder às demandas de uma sociedade burguesa, e construiu esforços concretos para a libertação social e histórica dos países e povos latino-americanos. Este livro contém trabalhos, conferências e outras apresentações do 6º Congresso Internacional da Psicologia Social da Libertação, realizado em Campinas em 2003, uma prática que se repete, anualmente, desde o assassinato dos jesuítas em El Salvador, dentro da Universidade Centro Americana, em 16 de novembro de 1989.

PREÇO: 35,00 (com desconto, 28,00) | INTERNET: www.atomoalinea.com.br

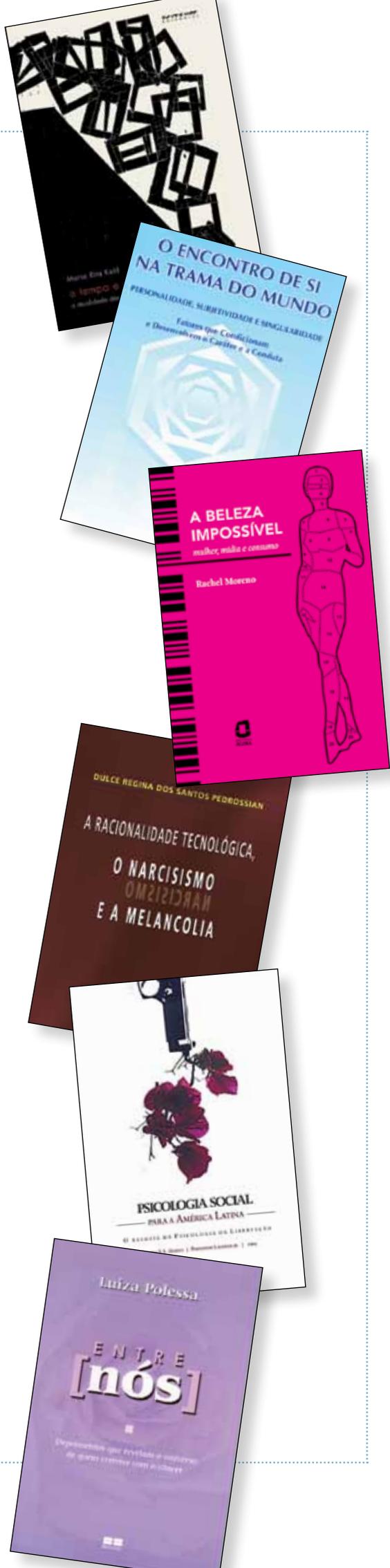
TELEFONE: (19) 3232-9340 / 2319 / 3232-0047

ENTRE [NÓS]

Luiza Polessa; São Paulo, BestSeller, 2009, 176 pgs.

A psico-oncologista Luiza Polessa relata sua experiência na luta contra o câncer. O trabalho mostra a capacidade de superação do ser humano e a força interior de pessoas que resolvem não ser apenas vítimas dos fatos, mas também agentes ativos de mudança de sua própria história de vida. A autora mostra também a dor dos parentes e amigos das vítimas de câncer e conta o drama de seus pacientes, de sua família - marido, irmãs, filha, mãe - e amigos que estiveram ao seu lado enquanto ela própria lutava contra a doença.

PREÇO: R\$ 19,90 | INTERNET: www.editorabestseller.com.br | TELEFONE: (11) 3286-0802



SAÚDE

CRP SP participa do congresso do COSEMS

O CRP SP esteve presente ao 23º Congresso dos Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, realizado de 24 a 27 de março, em Guarulhos. Além de apoiar o evento, o Conselho contou com um estande, de onde pôde divulgar suas ações a partir de conversas e da distribuição de CDs, folders e outros materiais gráficos. Na oportunidade, o Conselho divulgou uma carta, dirigida aos secretários municipais, na qual pede empenho aos municípios para que ajudem a melhorar o cenário de saúde mental em São Paulo: fechamento dos manicômios, ampliação e fortalecimento dos serviços públicos locais que atendem as pessoas com sofrimento psíquico e suas famílias, e inclusão social dos que sofrem de transtornos mentais severos. Os principais objetivos do evento foram analisar o contexto e traçar as principais estratégias de implementação do SUS no Estado, além de possibilitar a troca de experiências entre os municípios. Estimase em 1.200 pessoas ao dia o público circulante do congresso, com a participação de 300 municípios, entre secretários e representantes de equipes de gestão. Ao final dos trabalhos, foi eleita a nova diretoria do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde de São Paulo-Conasems/SP, agora presidido pela médica sanitária Maria do Carmo Cabral Carpintero, secretária municipal de Saúde de Amparo.



DIVULGAÇÃO CRP SP

Estande do CRP SP: divulgação de atividades do Conselho durante a realização do COSEMS.

CREPOP

Lançada referência para DST e AIDS



Outra ação do CREPOP neste ano foi a larga, em março, de mais uma rodada de pesquisas. O primeiro tema abrangeu os psicólogos que atuam na Educação Básica. Em maio, deu-se início às pesquisas na área de Política Nacional sobre Álcool e outras Drogas. Os profissionais dessa área já estão mapeados em todos os CRPs e serão convidados a responderem às pesquisas e participar de eventos, nos quais poderão compartilhar suas experiências e apontar os principais desafios. As pesquisas do CREPOP objetivam a construção de referências para a atuação dos psicólogos junto às políticas públicas. O processo de investigação se inicia com uma pesquisa prática dos psicólogos por meio de um questionário *on line*, associado a encontros regionais. Nessa etapa, busca-se reunir o máximo de informação sobre a prática dos psicólogos que já atuam num determinado campo para subsidiar a produção das referências técnicas para uma competente atuação da categoria em cada política pública. Depois da Educação Básica e da Política Nacional sobre Álcool e outras Drogas, será a vez das pesquisas nas áreas de Políticas de Mobilidade e Trânsito e de Serviços de Proteção Social Especial. O texto completo das referências e outras informações sobre o CREPOP podem ser obtida pela internet no endereço <http://crepop.pol.org.br>.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas-CREPOP está divulgando o documento "Referências Técnicas para a Prática do(a) Psicólogo(a) nos Programas de DST e AIDS". O trabalho, lançado no início deste ano, é o terceiro documento de referências do Centro e é resultado das pesquisas realizadas pelo Centro sobre o tema em 2007. Com ele, o Conselho Federal de Psicologia – CFP busca oferecer aos profissionais uma referência sólida e cuidadosa que possa fortalecer as discussões e as experiências práticas da Psicologia brasileira em uma área tão importante da saúde pública.

BIBLIOTECA

Seminários rendem livros

O Conselho Federal de Psicologia está lançando duas publicações resultantes das palestras realizadas em seminários que a entidade organizou em 2007. "Mídia e Psicologia: produção e subjetividade e coletividade" (364 pgs.) relata o seminário homônimo organizado em parceria com o CRP do Rio de Janeiro e o apoio do CRP de São Paulo, que teve como proposta promover o questionamento público sobre o extremo poder da mídia brasileira em sua concentração de discursos únicos, que dirigem e unificam as notícias e entretenimento em poderosas redes nacionais. Outra publicação, "Democracia e subjetividade: a produção social dos sujeitos democráticos" (256 pgs.), relata os trabalhos do seminário que buscou investigar a discussão sobre a existência da Democracia como causa e efeito do processo de produção dos sujeitos democráticos, afirmando que não pode existir democracia sem os sujeitos democráticos e que não podem existir sujeitos democráticos sem a existência de instituições sociais orientadas pelos valores democráticos. Os livros custam R\$ 10 cada um e podem ser adquiridos diretamente com o CFP. Mais informações pelo e-mail contato@pol.org.br.



mudanças na lei 5.766/71 visam democratização no sistema conselhos

O Sistema Conselhos de Psicologia está propondo mudanças na Lei 5.766/71, que cria o CFP e os CRPs, instâncias que organizam a relação da profissão com a sociedade. Com 38 anos de existência, a lei que instaurou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, já não encontra relações com o percurso democrático e de participação que se instalou na organização da categoria profissional dos psicólogos. Ao longo desse período, ocorreram inúmeros avanços da organização da profissão no País, entre eles a conquista de uma estrutura democrática para a execução das tarefas atribuídas aos Conselhos.

Os Conselhos de Psicologia foram concebidos com o propósito de garantir o exercício qualificado e ético da Psicologia em todo o território nacional. Fazem, assim, a mediação entre as necessidades da sociedade e as possibilidades de resposta da Psicologia. Essas são tarefas fundamentais e devem envolver todos aqueles que estão na profissão. Por isso a estrutura dos Conselhos e seu

funcionamento precisam ser democráticos.

O VI Congresso Nacional de Psicologia, ocorrido em Brasília, em junho de 2007, indicou a mudança da Lei 5.766/71 desencadeado um processo de revisão que culminou com a aprovação de uma minuta para proposição ao Congresso Nacional. Nela são propostas alterações relacionadas ao funcionamento democrático do Sistema Conselhos de Psicologia, visando legitimar a Assembléia das Políticas, da Administração e das Financeiras (APAF) e Congresso Nacional de Psicologia (CNP), voto direto, facultativo e alterações nas penalidades.

No último dia 5 de fevereiro, o Conselho Federal de Psicologia encaminhou à Casa Civil da Presidência da República a minuta do Projeto de Lei para alteração, redigida após sugestões apresentadas pelo Sistema Conselhos e aprovada durante a reunião da Assembléia das Políticas da Administração e das Finanças do Sistema, em dezembro de 2008. O andamento do Projeto de Lei poderá ser acompanhado por meio do site do CRP SP.

Saúde indígena é tema de encontros

O CRP SP está realizando encontros interdisciplinares sobre a saúde dos povos indígenas e seus agravos, articulando a localização das aldeias às regiões de abrangência das subseções do Conselho. Além de profissionais de diversas áreas, os eventos deverão contar com a presença de lideranças indígenas locais. No primeiro semestre, serão realizados em São Sebastião (Subsede Vale do Paraíba, tel.: (12) 3631-1315, e-mail vale@crpsp.org.br), no dia 29 de maio; e Itanhaém (Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira, tel.: (13) 3235-2324, e-mail baixada@crpsp.org.br), no dia 26 de junho. No segundo semestre, serão realizadas nas Subsedes de Assis e Bauru, finalizando com um colóquio na capital.

FENAPSI

Eventos definem delegados para IX Congresso Ordinário

A Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) realizará, de 29 a 31 de maio, seu IX Congresso Ordinário. A pauta do evento já está definida e tem os seguintes itens: 1) conjuntura nacional; 2) a crise econômica mundial e suas consequências sobre os trabalhadores e as trabalhadoras; 3) plano de lutas; 4) estrutura e organização sindical; 5) alteração estatutária e ramo de atividade profissional; 6) filiações; 7) eleição da Direção da FENAPSI e 8) posse da nova direção. A escolha dos delegados está sendo feita em assembleias em municípios do estado. Saiba mais sobre o evento no site do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, www.sinpsi.org.

nota de falecimento

Comunicamos o falecimento, ocorrido no último dia 25 de abril, de nossa colega e amiga, a ex-presidente do CRP SP Chica Hatakeyama Guimarães, em função de um acidente vascular cerebral. Psicóloga atuante da área da Psicologia Escolar, Chica Guimarães dedicou boa parte de sua vida à academia, tendo sido professora da PUC-SP. Dentro do Conselho, foi coordenadora da COF nas gestões 2001-2004 e 2004-2007 e ocupou a presidência no período de 25 de maio a 2 de setembro de 2007. Desde então, manteve-se sempre como colaboradora do CRP. Suas contribuições para a Psicologia e para o nosso Conselho se perpetuam em seu legado ético e comprometido. Registramos nosso pesar e solidarizamos-nos com a família.



FORMAÇÃO EM PSICOTERAPIA ESTRATÉGICA COM HIPNOTERAPIA ERICKSONIANA



INSTITUTO MILTON H. ERICKSON de SÃO PAULO e de HIPNOTERAPIA EDUCATIVA

A formação é destinada à **Psicologia Clínica, Hospitalar e Psiquiatria**.
O curso tem como objetivo possibilitar as seguintes aprendizagens:

- Pensamento estratégico em psicoterapia
- Entender os fenômenos do pensamento chamados de hipnose
- Comunicação do psicoterapeuta para facilitar o diagnóstico e promover ricas mudanças no paciente
- Diagnóstico de relacionamentos familiares e de casais
- Tratamento das causas de distúrbios psicossomáticos, baixa auto-estima, luto, ansiedade, síndrome do pânico, fobias, disfunções sexuais, depressão, disfunções alimentares e timidez
- Diagnóstico individualizado e potencializador de mudança
- Linhas do tempo em hipnoterapia
- Compreensão e alteração das emoções e sentimentos
- Indução clássica e ericksoniana
- Entendimento dos traumas e suas superações
- Liberdade de pensamento e as virtudes necessárias para que ela ocorra

As aulas são compostas de teoria, demonstração clínica por parte dos professores, exercícios práticos entre os alunos, estudos de casos, supervisões e análise de atendimentos em vídeos.
O curso é ministrado um sábado por mês, das 08:30-18:30, por 2 anos.

(11) 5585-3372

www.hipnoterapia.com.br

Bairro: Planalto Paulista

prestando contas

A Gestão da XII Plenária - setembro 2007 a agosto de 2010 - vem apresentar o relatório sucinto das suas atividades no exercício de 2008.

Mais de 65 mil psicólogos estão inscritos neste Conselho atualmente. Procurando garantir um envolvimento maior, reconhecendo a realidade vivida por cada um destes profissionais e respeitando tanto a diversidade do campo quanto a necessidade de construção de referências para o exercício da profissão, o Conselho desenvolve atividades na sede e em cada uma das oito subseções que compõe o Regional de SP.

- Ao longo do ano de 2008, os 27 diferentes grupos, que envolvem diretamente 130 psicólogos, entre Conselheiros, Representantes e Convidados, realizaram 308 reuniões, 248 atividades de Representação e 90 eventos com a participação de 100 profissionais, em média. Tais atividades sempre relacionam a realidade local com as diretrizes do Sistema Conselhos. Entre as realizações pactuadas nacionalmente, podemos citar: Ano Temático da Educação, Semana da Luta Antimanicomial, Comemorações do Dia do Psicólogo 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Dia do Psicólogo. Outras temáticas são constantemente abordadas, a partir de ações das Comissões e Grupos de Trabalho. O CRP SP apoia, ainda, 26 entidades ligadas à Psicologia Brasileira bem como Movimentos Sociais com temática de interesse da Psicologia.

Registro Profissional

Novas inscrições	4.329
Cancelamentos	1.625
Transferências para outros Estados da União	139
Isentos por idade	295

Atendimento: sede e subseções

Situações atendidas por telefone	5.875
Situações atendidas pessoalmente na sede e subseções	2.975

Atividades Regimentais

Orientações por telefone	4.488
Orientações por e-mail	3.370
Processos Éticos em andamento	341
Fiscalizações	21
Orientações Presenciais	198
Oitivas de Partes	77
Censura Pública	07
Processos Éticos – Julgados	22
Plenárias Ordinárias	24
Plenárias Éticas e Julgamentos	33
Arquivamentos	02
Advertências	15
Cassação de Exercício Profissional	01

Publicações/Produções

Edições Bimestrais do Jornal PSI (tiragem 64 mil exemplares)	05
Seções do Videoclube	18
TV Diversidade	11

Das Atividades Políticas Diretas

COMISSÕES	GRUPOS DE TRABALHO
Saúde	Memória da Psicologia
Comunicação	Sistema Prisional
Direitos Humanos	Serviço-Escola
Criança e Adolescente	Saúde Mental
Orientação e Ética	Saúde Suplementar
Orientação e Fiscalização	Assistência Social
Psicologia e Educação	Videoclube
Acompanhamento dos Processos Legislativos	Psicologia e Povos Indígenas
Licitação	Psicologia Organizacional
Articulação das Políticas Públicas	Regionalização
Avaliação dos Pedidos de Concessão de Registros de Especialistas	Psicólogo no Poder Judiciário, Peritos e Assistentes Técnicos
Sexualidade e Gênero	Psicologia e Comunicação
Auditoria e Controle Interno	Psicoterapia
	Medicalização

Informe Administrativo Financeiro

Como todos os Conselhos Profissionais, o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP SP é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de Direito Público. É uma entidade com autonomia administrativa e financeira descentralizada da Administração Pública, sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União – TCU. Anualmente, o Sistema Conselhos, por meio de licitação realizada pelo Conselho Federal de Psicologia, é auditado por auditores independentes.

As anuidades devem sempre ser aprovadas pela Assembléia Orçamentária, realizada no segundo semestre do ano anterior. Deste valor, 25% é transferido automaticamente ao Conselho Federal de Psicologia, quando do pagamento bancário da anuidade, sendo utilizados para viabilizar as ações nacionais (cota parte) e também auxiliar na estruturação dos Estados que não têm um Regional próprio (fundo de seções). Ainda por força de Lei, as anuidades que eventualmente ainda não foram pagas após um ano de seu vencimento caracterizam situação de inadimplência, devendo ser encaminhadas à cobrança judicial.

A anuidade 2008 teve seu valor fixado em R\$ 245,61. As receitas correntes são compostas pelas anuidades dos profissionais da psicologia, rendimentos de aplicações financeiras, Taxas e Emolumentos e Receita de Recebimento da Dívida Ativa.

As despesas correntes realizadas são compostas pelas rubricas de Ordenado e Salário com encargos sociais, legais e benefícios, para uma folha de pagamento com 90 funcionários, sendo 49 concursados, 38 não concursados – mas legalizados junto ao Ministério Público do Trabalho – e 3 funcionários em cargo de livre provimento. As demais despesas são referentes à contratação de serviços e insumos de terceiros para a manutenção das atividades administrativo-políticas.

Os investimentos são aquisições de bens móveis (móveis, utensílios, máquinas, equipamentos de informática) imóveis e instalações necessárias à manutenção e desenvolvimento das atividades regimentais da sede e das oito subseções.

No mês de dezembro de 2008, o CRP SP adquiriu, através de Instrumento Particular de Venda e Compra, um imóvel na Rua Oscar Freire, número 1.800/1.802. Este imóvel, com área útil de 286,00 m², é destinado à expansão das atividades regimentais do CRP SP, tal como evidenciado em Extraordinária, realizada em abril de 2008, como uma solução transitória.

Deve-se destacar que o CRP SP continua pesquisando e buscando a compra de um imóvel definitivo para a mudança da Sede, bem como para as subseções de Campinas e Ribeirão Preto, tal como acordado em Assembleias Orçamentárias anteriores.

Balanço Financeiro

Período de 01/01/2008 a 31/12/2008 (expresso em reais – eliminado centavos)

RECEITAS CORRENTES	
Receitas de Contribuição	10.565.227
Receitas de Contribuição de Anos Anteriores	535.358
Receitas Patrimoniais	1.214.562
Receitas de Serviços	146.521
Outras Receitas	1.527.845
Total das Receitas Brutas	13.989.513

TRANSFERÊNCIAS (-)	
Conselho Federal de Psicologia – Cota Parte	3.386.567
Total das Receitas Líquidas	10.602.946

DESPESAS CORRENTES (-)	
Pessoal, Encargos Trabalhistas	4.669.986
Congressos, Fóruns e Eventos	1.081.131
Energia Elétrica, Telefonia, Postagem, Água	785.279
Impressão Gráfica	618.536
Transportes e Hospedagem	586.189
Serviços de Assessoria	258.669
Limpeza, Segurança e Manutenção	581.560
Imposto, Taxas e Tarifas Bancárias	174.115
Materiais de Consumo	203.258
Aluguel, Condomínio e Locação	154.041
Ajuda de Custo e Diárias	580.528

Total das Despesas de Operações	9.693.294
--	------------------

INVESTIMENTOS (-)	
Programas de Informática	8.078
Máquinas, Motores e Equipamentos	28.523
Mobiliário em geral	20.241
Equipamentos de Informática	97.795
Aquisição de Imóveis	253.411

Total dos Investimentos	408.047
--------------------------------	----------------

Superávit Financeiro do Exercício	501.604
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	11.229.303
Superávit Financeiro Acumulado em 31/12/2008	11.730.907

Esta demonstração propicia informar, sinteticamente, o resultado das contribuições e suas aplicações no correr do exercício findo de 31 de dezembro de 2008.

Notas Relevantes

Esta demonstração de Resultado é uma adaptação do Balanço Financeiro exigido pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas atualizações, e foi encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia, onde fica à disposição do Tribunal de Contas da União (TCU).

CARLA BIANCHA ANGELUCCI | Conselheira Tesoureira
CÉLIA PEREIRA DE OLIVEIRA | Contadora – CRC SP-131195



CENACES
 Centro Nacional de Cursos de Especialização

II Curso de Especialização em Neuropsicologia
 Início agosto/2009

www.universodosaber.com.br
www.cenaces.com.br

Informações:
 Tels. (11) 3082.9800 e 3082.9544



Inscrições abertas 2º semestre:
 CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE
 *Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Raul Duvidovich (CRP 06/7745) e
 Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP 06/5039)

Início: 03/09/09 • Duração: 3 anos
 Horário: 5ª feira, 18h às 21h

Informações pelos telefones: **11 3864-2330 / 3865-0017** ou
www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br



IPPESP
 INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
 ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
 CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.489.707/0001-85
 EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

* CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)
 Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

* CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
 NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ORGANIZACIONAL
 (2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof. Dr. Joaquim Gonçalves Coelho Filho – CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos
www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
 Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
 PABX 5594.1226



Fique por dentro
 do que acontece
 no crp sp.

Acesse o site
www.crp.org.br



Conselho Regional
de Psicologia SP

